

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES, COMUNICAÇÃO E DESIGN
CÂMPUS DE BAURU

ADRIAN GUILHERME BARROS DOS ANJOS

A QUEDA DA LEITURA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE DO PORTAL DO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL)

BAURU
2025



ADRIAN GUILHERME BARROS DOS ANJOS

A QUEDA DA LEITURA NO BRASIL:

UMA ANÁLISE DO PORTAL DO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Bauru, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas.

Orientador: Prof.º Dr.º. Danilo Rothberg.

BAURU

2025

A599q

Anjos, Adrian Guilherme Barros dos

A queda da leitura no Brasil : uma análise do portal do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) / Adrian Guilherme Barros dos Anjos. -- Bauru, 2026
64 p. : il., tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações Públicas) -
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Arquitetura, Artes,
Comunicação e Design, Bauru

Orientador: Danilo Rothberg

1. Relações Públicas. 2. Políticas Públicas. 3. Análise de Conteúdo
(Comunicação). 4. Comunicações Digitais. 5. Pesquisa Qualitativa. I. Título.

ADRIAN GUILHERME BARROS DOS ANJOS

A QUEDA DA LEITURA NO BRASIL:

UMA ANÁLISE DO PORTAL DO PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de Bauru, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Públicas sob a orientação do Prof. Dr. Danilo Rothberg.

Bauru, 03 de dezembro de 2025.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Danilo Rothberg

UNESP - Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design - Câmpus de Bauru

Prof. Dr. Carlo José Napolitano

UNESP - Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design - Câmpus de Bauru

Prof. Dra. Brena Costa de Almeida

UNESP - Faculdade de Artes, Arquitetura, Comunicação e Design - Câmpus de Bauru

AGRADECIMENTOS

Ao longo de quatro anos de graduação, fico imensamente feliz de ter tantos nomes a agradecer, e ainda assim, para aqueles que não forem citados, espero que as palavras dedicadas aqui ressoem em todos vocês.

Início minhas palavras de agradecimento ao professor Danilo Rothberg, meu orientador, pela paciência, conhecimento compartilhado, disponibilidade e pelas críticas construtivas que me ajudaram na escolha de meu tema e na execução deste trabalho. Não somente pela sua orientação, mas também por ministrar com excelência as aulas e os conteúdos que me fizeram encontrar um “norte” dentro das Relações Públicas. Essa trajetória foi fundamental para meu desenvolvimento como profissional que desejo me tornar, logo, não poderia estar mais agradecido do que estou por sua colaboração nesta etapa tão importante.

Agradeço também ao professor Carlo José Napolitano pela disponibilidade em integrar a minha banca examinadora e pelos conhecimentos compartilhados sobre Direito da Comunicação, que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Além disso, agradeço também pela atitude sempre tão prestativa e pela gentileza em seus comentários.

Também dirijo meus agradecimentos à professora Brena Costa de Almeida por aceitar compor a minha banca de TCC, pelo conhecimento oferecido em sala de aula e pelos materiais de leitura disponibilizados a respeito de temas importantíssimos que compartilham do nosso interesse e que tenho intenção de aprofundar em meus estudos futuros.

Gostaria de agradecer, de modo geral, mas não menos especial, a cada um dos professores que foram importantes nesta etapa da graduação, sendo indispensáveis para minha formação crítica como o Relações Públicas que almejei me tornar ainda quando realizava a prova de ingresso. Esta etapa não teria sido concluída sem a participação de cada um de vocês.

Não poderia deixar de agradecer às muitas pessoas que participaram direta ou indiretamente desta etapa. Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu amigo de infância Pedro, que investiu financeiramente em meu futuro profissional, possibilitando que eu permanecesse em uma cidade distante de meu lar durante minha mudança. Outro Pedro que preciso mencionar é meu padrinho e veterano na profissão. Obrigado por enxergar naquele garoto no início de minha graduação, as qualidades que hoje fico feliz de ver o quanto amadureceram.

Meus profundos agradecimentos à República Patagônia, que me acolheu e possibilitou que eu concluísse minha formação. Sem a colaboração de vocês, teria sido ainda mais difícil a minha permanência na cidade e a conclusão de meu curso. Obrigado pelos momentos de risada, de descontração e até mesmo pelas situações negativas que lidamos juntos e que, no fim, também contribuíram para o meu crescimento.

Não posso deixar de mencionar meus amigos e colegas da faculdade, que compartilharam essa vasta experiência comigo, mesmo nas situações mais cansativas ao final de cada semestre. Concluir a graduação sem a presença de pessoas incríveis que me faziam rir, refletir e espalhar ao longo desta jornada seria impossível. Portanto, meus mais profundos agradecimentos a cada um de vocês.

Agradeço também à minha família. Mesmo que a minha vinda para outra cidade tenha contrariado a vontade geral e que não tenhamos nos visto uma única vez sequer ao longo dos últimos quatro anos, eu não poderia deixar de agradecer-los. Saí de minha cidade para me tornar uma figura de incentivo a meus irmãos e parentes e continuar estudando, a fim de colaborar para uma realidade melhor e mais justa. A distância, na mesma intensidade que foi custosa, também forneceu os melhores aprendizados que a vida poderia me proporcionar.

Por fim, mas não menos importante, meus agradecimentos à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a UNESP, por acolher e oferecer a oportunidade de crescimento pessoal e profissional que me dediquei a conquistar. A Universidade não formou apenas um Relações Públicas, mas também um cidadão crítico e um defensor do ensino público de qualidade, determinante para mudar a realidade de muitos, assim como possibilitou a mudança da minha.

“A leitura é uma fonte inesgotável de prazer, mas, por incrível que pareça, a quase totalidade não sente esta sede.”

– Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

A 6ª edição da pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” (2024), desenvolvida pelo Instituto Pró-Livro, junto ao Ministério da Cultura, indicou, pela primeira vez em sua história, que a proporção de não-leitores é maior do que a de leitores no país. Neste contexto preocupante, é necessário refletir sobre a importância de ações comunicacionais e de políticas públicas, por parte do Governo Federal, para a fomentação da leitura, como lazer ou como recurso de aprendizado crítico. Dessa forma, este estudo visa analisar o portal eletrônico da política pública que está no cerne dessa problemática: o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), a fim de identificar a qualidade da informação, os recursos de acessibilidade e usabilidade, a transparência e as estratégias de comunicação e de multimodalidade para o engajamento. A comunicação pública digital do PNLL é um elemento fundamental para garantir a efetividade do plano, uma vez que o site é a principal interface entre o cidadão e o programa; dessa maneira, o presente trabalho adota como metodologia A) pesquisa bibliográfica sobre comunicação pública digital e manuais federais que adotam princípios de qualidade para sua implementação em veículos públicos e B) a construção de um questionário, a partir dos princípios identificados, para análise do sítio eletrônico do PNLL. C) identificar e sugerir pontos de atenção e melhoria na página. A análise permite concluir que o portal apresenta falhas sistêmicas de comunicação pública, com linguagem excessivamente formal, deficiências em acessibilidade e usabilidade, e baixo potencial para engajamento social. Essas lacunas criam um descompasso entre a política e seu instrumento de divulgação, comprometendo a efetividade do Plano. Recomenda-se, portanto, um realinhamento estratégico do portal, priorizando clareza, acessibilidade e participação, para que se torne de fato uma ferramenta de mediação entre a política pública e a sociedade.

Palavras-Chave: Comunicação Pública Digital; Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL); Políticas Públicas; Incentivo à Leitura; Acessibilidade Digital.

ABSTRACT

The 6th edition of the survey “Retratos da Leitura no Brasil” (Portraits of Reading in Brazil) (2024), developed by the Instituto Pró-Livro in partnership with the Ministry of Culture, indicated for the first time in its history that the proportion of non-readers is higher than that of readers in the country. Within this concerning context, it is necessary to reflect on the importance of communicational actions and public policies by the Federal Government to promote reading, both as a leisure activity and as a resource for critical learning. Thus, this study aims to analyze the website of the public policy that is at the heart of this issue: the Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL - National Book and Reading Plan). The analysis will focus on the quality of information, accessibility and usability resources, transparency, and communication and multimodality strategies for engagement. The PNLL's digital public communication is a fundamental element to ensure the plan's effectiveness, as its website is the main interface between the citizen and the program. Therefore, this work adopts the following methodology: A) a bibliographic research on digital public communication and federal manuals that establish quality principles for its implementation on public platforms, and B) the construction of a checklist based on the identified principles to analyze the PNLL's website. C) identify and suggest points of attention and improvement on the page. The analysis leads to the conclusion that the portal exhibits systemic failures in public communication, characterized by excessively formal language, deficiencies in accessibility and usability, and low potential for social engagement. These gaps create a disconnect between the policy and its dissemination instrument, undermining the Plan's effectiveness. It is, therefore, recommended to pursue a strategic realignment of the portal, prioritizing clarity, accessibility, and participation, so that it may indeed become a mediation tool between public policy and society.

Keywords: Digital Public Communication; Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL); Public Policies; Reading Promotion; Digital Accessibility.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Termos de Inacessibilidade.....	37
-------------------------------------------	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Busca do PNLL via Google.	32
Figura 2. Página Inicial do Ministério da Cultura.....	32
Figura 3. Rodapé do Portal do Ministério da Cultura.....	33
Figura 4. Página Inicial do PNLL.....	33
Figura 5. Primeiro Bloco Textual PNLL.....	34
Figura 6. Segundo Bloco Textual PNLL.....	34
Figura 7. Terceiro Bloco Textual PNLL.....	35
Figura 8. Quarto Bloco Textual PNLL.....	35

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DIGITAL: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE QUALIDADE.....	15
2.1. Sistematização dos Pilares Estratégicos.....	16
2.1.1. Linguagem e Transparência.....	17
2.1.2. Usabilidade e Acessibilidade.....	19
2.1.3. Engajamento e Participação Social.....	21
3. O CENÁRIO DA LEITURA NO PAÍS E A RESPOSTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	24
3.1. A Pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”.....	24
3.2. Comunicação de Políticas Públicas sobre Leitura.....	26
3.3. O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).....	28
4. ANÁLISE DO PORTAL PNLL.....	32
4.1. Metodologia da Análise.....	32
4.1.1. Metodologia das Anotações de Campo.....	32
4.2. Análise da Linguagem e Transparência.....	35
4.2.1. Aplicação do questionário.....	38
4.2.2. Análise do resultados.....	42
4.3. Análise da Usabilidade e Acessibilidade.....	43
4.3.1. Aplicação do questionário.....	43
4.3.2. Análise do resultados.....	45
4.4. Análise do Engajamento e Participação Social.....	47
4.4.1. Aplicação do questionário.....	47
4.4.2. Análise do resultados.....	49
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE.....	56
Apêndice 1 - Questionário para Análise de Portais de Políticas Públicas.....	56
Apêndice 2 - Anotações de Campo.....	58
TRANSPARÊNCIA NO USO DE IA.....	64

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro (IPL), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), em sua edição publicada em 2024, destacou um cenário preocupante no país. Desde seu início em 2001, a pesquisa indicou pela primeira vez que há mais não-leitores do que leitores no Brasil. Houve uma queda de quase sete milhões em comparação à pesquisa anterior, realizada em 2019, evidenciando um cenário preocupante para a literatura no país. A sexta edição da pesquisa (2024) possui como objetivo entender o perfil e o comportamento do leitor, considerando diversos aspectos relacionados ao seu consumo e acesso, incluindo preocupações como preferência por livros impressos ou digitais, e temas consumidos por livre espontânea vontade.

Diante de um cenário de queda no interesse pela leitura, é pertinente que as iniciativas públicas e privadas elaborem e atualizem suas ações e estratégias para enfrentar essa problemática. Dentro desse contexto, surgiu o Programa Nacional do Livro e Leitura (PNLL) como um produto do Governo Federal para a construção de políticas públicas e culturais baseadas em um amplo debate com a sociedade e com os setores interessados no tema. Em 2011, o PNLL é disposto, por meio do decreto n.º 7559, como uma estratégia permanente de planejamento, articulação e referência para a elaboração de ações e políticas para a fomentação da leitura no país. Contudo, foi revogado em 05 de setembro de 2024, por meio do decreto 12.166, editado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, visando sua reestruturação e atualização. Após consulta pública encerrada em agosto de 2025, o novo texto do PNLL está em fase final, com expectativa de regulamentação até o final do ano.

Contextualizado o cenário, e partindo do pressuposto de que a efetividade da comunicação pública é fundamental para o sucesso das políticas governamentais; somado ao potencial de disseminação de informações pelos canais digitais; é essencial, portanto, que a comunicação pública digital do PNLL seja estratégica e bem articulada às demandas e expectativas da sociedade em amplos setores. A principal interface entre a população e o poder público é a página dedicada ao PNLL disponível no portal eletrônico do Ministério da Cultura.

Justamente, é do interesse desta pesquisa analisar a página da política pública, a partir de uma série de princípios de qualidade disponíveis sobre comunicação pública e sua implementação em canais digitais, tanto em manuais oficiais quanto na literatura acadêmica, a

fim de elaborar um questionário qualitativo que categorize os pontos de atenção para uma boa comunicação digital. Os princípios vão desde a quantidade e a qualidade de informações disponíveis, e de que maneiras elas são comunicadas, os recursos de acessibilidade e usabilidade, essenciais para otimizar a navegação em diferentes dispositivos de forma inclusiva, a transparência de dados e documentos oficiais de interesse público, além de analisar as estratégias de incentivo para gerar engajamento e apropriação da política por parte da comunidade.

A partir do questionário, será analisada a página digital do PNLL, disponível no portal do Ministério da Cultura, que, por sua vez, está integrada ao site oficial do Governo Federal. O objetivo é compreender como a comunicação do plano está sendo apresentada, segundo os critérios estabelecidos na etapa anterior, e apontar pontos de atenção e melhoria pertinentes. Como contribuição, este estudo oferece dois materiais para a eficácia da comunicação pública digital. O primeiro é o próprio questionário construído com base em referenciais teóricos oficiais e acadêmicos, garantindo a credibilidade do documento e sua aplicação em outros portais sobre políticas públicas. O segundo material é a análise do site do PNLL, visando contribuir para a comunicação da política pública fundamental para o enfrentamento do cenário literário preocupante.

2. A COMUNICAÇÃO PÚBLICA DIGITAL: FUNDAMENTOS E PRINCÍPIOS DE QUALIDADE

A Comunicação Pública Digital pode ser compreendida como a adaptação da comunicação pública tradicional ao ecossistema digital. Segundo Brandão (1998), “Comunicação Pública é o processo comunicacional que se instaura na esfera pública entre o Estado, Governo e a Sociedade”. Em outras palavras, é um espaço onde os interesses da sociedade com as diversas instâncias do poder público são negociados. Para o Governo Federal, a Comunicação Pública é uma ferramenta fundamental visando prestar contas, estimular o engajamento da população na tomada de decisões políticas, além do reconhecimento das ações de cunho social e econômico.

Quando analisamos o papel dessa comunicação enquadrada das mídias digitais, podemos observar um grande potencial de alcance das mensagens, que, quando explorado, permite que as informações pertinentes à sociedade sejam veiculadas em diversos canais comunicativos, como os portais eletrônicos oficiais do Governo Federal ou em suas redes sociais. Esses canais não oferecem somente um maior alcance às mensagens, mas garantem também que elas possam ser acessadas a qualquer momento, contribuindo diretamente para uma prestação de contas mais eficaz e, conseqüentemente, para o aumento de engajamento do público.

No entanto, os canais digitais por si só não são suficientes para a eficácia comunicacional; é preciso utilizar essa ferramenta com estratégia, apoiada no amplo arcabouço teórico que vem desenvolvendo-se ao longo dos anos a respeito da utilização das mídias como instrumento democrático da informação, de acessibilidade de dados e como potencializador da participação pública na tomada de decisões políticas. Por sua vez, a crítica presente nesse estudo reforça a necessidade de unir as pesquisas teóricas sobre a Comunicação Pública Digital e seus princípios de qualidade ao comunicar políticas públicas de interesse da população nos portais eletrônicos do Governo Federal, especificamente no Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

Miola e Marques (2024) destacam a importância da Comunicação Pública de Estado, um conceito mais amplo do que a Comunicação Governamental, caracterizado pela interação entre o Estado e os cidadãos, com foco em transparência, participação popular e no acesso às informações de interesse público. Nesta tarefa normativa, diversas práticas capazes de

aproximar o cidadão e representantes são atribuídas ao uso das redes, a fim de proporcionar uma melhora no serviço público e na melhora do fluxo de informações administrativas e burocráticas, especialmente por meio de governo eletrônico. Adicionalmente, o uso das mídias sociais e outras plataformas digitais é essencial para incentivar a participação popular, além de aumentar a transparência e a prestação de contas dos governos com o uso de banco de dados, portais online e demais oportunidades que colaborem para a eficácia da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). De acordo com Miola e Marques (2024, p. 26),

O uso dos meios de comunicação por parte das instituições do Estado possibilita a criação e manutenção de espaços participativos nos quais os cidadãos contam com a oportunidade de conhecer, acompanhar e, eventualmente, intervir em instâncias de participação disponíveis.

Diante disso, é papel da Comunicação Pública de Estado favorecer a transparência e a prestação de contas, garantindo legitimidade política (Miola e Marques, 2024), ou seja, é de suma importância possibilitar que os cidadãos possam acompanhar com detalhe de que maneira os recursos públicos, oriundos de impostos pagos pelos contribuintes, estão sendo utilizados em nossa sociedade.

Em conclusão, Miola e Marques (2024) afirmaram que a sociedade nunca teve tantas facilidades para usufruir do que o Estado tem a oferecer em termos de serviços e informações, mediante o potencial que as mídias digitais têm a contribuir. Conclui-se, portanto, que a não inclusão desses canais como mediadores entre o Poder Público e a população dentro das estratégias que compõem as políticas públicas é uma lacuna comunicativa que desfavorece a participação popular e a transparência dessas medidas, impossibilitando que tais políticas alcancem justiça social e sejam eficientes na redução das enormes desigualdades sociais, econômicas e políticas (Rothberg, 2024); tanto nos campos da educação e da cultura, diretamente ligados ao PNLL, como também em áreas da saúde, previdência social, trabalho e entre outros.

2.1. Sistematização dos Pilares Estratégicos

Medeiros e Chirnev (2021) estabeleceram um conjunto de doze premissas a partir do que é compreendido como parte do papel da comunicação pública. Esse conjunto abrange princípios como o acesso à informação, o fomento do diálogo, o estímulo à participação social, a promoção da cidadania e o combate à desinformação. Os autores também evidenciam a necessidade de ouvir a sociedade, adotar uma postura ética e impessoal e tratar a

comunicação como uma política de Estado. Estes princípios oferecem uma base teórica sólida para avaliar a profundidade dos conteúdos elaborados pelo Estado na rede.

Em um exercício metodológico relevante, Nogueira e Castro (2019) analisaram o Portal Brasil por meio de uma coleta de dados qualitativos e quantitativos. Para além das métricas e do acesso, os autores categorizaram os comentários e analisaram criticamente o conteúdo, baseando-se em blocos estratégicos, que incluem a linguagem, as fontes utilizadas, a diversidade dos assuntos, os recursos de interação com o usuário e os mecanismos de prestação de contas.

Contudo, para a análise do portal eletrônico do PNLL, faz-se necessário um viés mais analítico do que a catalogação dos recursos. É preciso, portanto, sintetizar a abordagem estratégica de Medeiros e Chirnev (2021) com a aplicação metodológica de Nogueira e Castro (2019). A partir dessa integração, o presente estudo adota três pilares norteadores como método de análise do sítio eletrônico do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), detalhados a seguir:

2.1.1. Linguagem e Transparência

Diante dos princípios da comunicação pública elaborados por Medeiros e Chirnev (2021), a Linguagem e Transparência é um dos principais pilares do método de análise de conteúdo proposto pelo presente estudo. A garantia do acesso à informação é um direito fundamental que norteia a divulgação dos portais eletrônicos. Entretanto, é preciso ter em vista que há diferentes estratos da sociedade que necessitam de acessibilidade comunicacional. A atenção à linguagem torna-se importante, justamente para viabilizar as informações e o conteúdo ao maior número de pessoas. Uma linguagem complexa limita a comunicação a uma parcela da população, o que contraria o dever do Estado de garantir o acesso à informação de forma clara, conforme estabelecido na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

Tanto o excesso de formalidade quanto de informalidade da linguagem são prejudiciais para a eficiência da comunicação pública. O uso rigoroso das normas gramaticais e o uso de vocabulário complexo são comumente utilizados dentro de situações que exigem mais seriedade e responsabilidade. Essa característica é importante para atribuir um tom de integridade à comunicação pública e autoridade para com a língua portuguesa. Porém, o uso de um vocabulário mais denso e intelectualizado pode afastar o leitor menos preparado

gramaticalmente, segregando a comunicação a uma parcela populacional. A informalidade, por sua vez, não deve ser alheia à comunicação pública, mas sim utilizada de forma estratégica, seja em campanhas de comunicação ou em formatos mais flexíveis, como as redes sociais. Um recorte recente do uso de linguagem informal nas redes sociais é a presença digital do Governo Federal (2025), que utiliza humor e memes para difundir temas políticos e sociais densos do discurso oficial. A matéria publicada por Rafaela Rosa, por meio do blog PlatôBR, analisa a utilização de um tom mais informal da comunicação pública como estratégia de engajamento para redes sociais como o Instagram. A mistura de elementos considerados infantis, como “bichinhos” e memes, segundo o professor e jornalista da ECA-USP, Eugênio Bucci, “é uma forma legítima de aproximação com o público”. No entanto, outras opiniões alertam para o risco da descontextualização e do excesso de informalidade (Rafaela Rosa, 2025).

O princípio do combate à desinformação atua com base em critérios como a transparência, a oferta de dados precisos e a rapidez na checagem dos fatos (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 10). Atribuir clareza à linguagem e às informações presentes no sítio eletrônico faz-se necessário para garantir a credibilidade do conteúdo e a prestação de contas dos recursos investidos pelo Estado nas políticas e campanhas comunicacionais. A disponibilização de relatórios financeiros e documentos oficiais é importante para legitimar o discurso, porém, a leitura desses materiais não é acessível a todos. É relevante que, para além da divulgação dos dados, haja uma interpretação ou notícia que acessibilize o conteúdo a mais indivíduos. Portanto, a presença de fontes externas ou do próprio poder público integradas às páginas é um ponto a ser analisado para enriquecer o acervo informacional disponível nos portais.

Adicionalmente, os princípios da impessoalidade e da ética devem ser elementos atribuídos a toda produção do conteúdo publicado e planejado por parte da Comunicação Pública (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 11). A garantia de que a informação não está submetida a um interesse particular, eleitoral e de promoção pessoal tem como pressuposto a ética governamental, onde a verdade e a ética são responsabilidades de todos os governos e agentes comunicadores. Esses princípios devem estar presentes na linguagem e na postura transparente da comunicação, evidenciando a obrigação por parte do Estado de explicar, orientar, prestar contas e garantir a qualidade dessa interlocução (Medeiros; Chirnev, 2021, p. 11). Para a análise de conteúdo da comunicação pública digital, com foco na Linguagem e

Transparência nos portais eletrônicos de políticas públicas, faz-se necessária uma pesquisa qualitativa a partir de questões-chave que abarcam tais princípios da comunicação pública:

1. Clareza e acessibilidade da linguagem:
 - a. A linguagem é clara, objetiva e de fácil compreensão para um indivíduo com níveis fundamentais e médios de escolaridade?
 - b. Como a linguagem equilibra o rigor formal com a necessidade de ser acessível?
 - c. Há recursos de acessibilidade comunicacional presentes? Como glossários, dicionários, infográficos e outros?

2. Transparência e prestação de contas:
 - a. Quais dados e informações sobre a política pública estão disponíveis no site? Essas informações são de fácil acesso?
 - b. Os documentos divulgados estão disponíveis apenas em formato bruto (PDF, relatórios longos) ou há um esforço para traduzi-los e interpretá-los?
 - c. As informações e notícias veiculadas citam suas fontes? É possível que o cidadão consiga verificar a veracidade e a origem delas?

3. Ética, impessoalidade e combate à desinformação:
 - a. A linguagem adotada no site promove a promoção pessoal de autoridades e de um viés político-partidário ou foca nas políticas e informações de interesse público?
 - b. O portal atualiza suas informações frequentemente? Há indícios de mecanismos de checagem de fatos e de correção em caso de imprecisões?
 - c. Os conteúdos publicados são suficientes para fornecer uma contextualização eficiente para que o leitor compreenda a política que está sendo informada?

2.1.2. Usabilidade e Acessibilidade

Em complemento à linguagem e à transparência nas informações, é necessário que o portal eletrônico garanta sua boa usabilidade e mantenha os recursos de acessibilidade atualizados para incluir em sua comunicação as pessoas que necessitam de mediação para acessar a informação.

Para enfrentar as barreiras que dificultam o acesso aos conteúdos do site, o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) consiste em um conjunto de recomendações para a implementação de recursos de acessibilidade nos portais do governo brasileiro, segundo o site oficial do Governo Digital. Por se tratar de um modelo em conformidade com os padrões internacionais, o eMAG busca orientar profissionais envolvidos em serviços de acessibilidade digital, a fim de democratizar e implementar facilmente os recursos nas páginas eletrônicas.

O portal do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) está disponível dentro do site oficial do Governo Federal (GOV.BR), que adota o eMAG como padronização. Portanto, é necessária a análise desses recursos de acessibilidade, verificando se estão todos presentes e funcionando corretamente, sem qualquer inconsistência. Os recursos padronizados em todo o sítio do Governo Federal são as teclas de atalho, a possibilidade de aumentar ou diminuir o contraste da página, a existência de uma barra de acessibilidade, a apresentação do mapa do site e uma página com a descrição dos recursos de acessibilidade, de acordo com a fonte oficial do eMAG. O mapeamento de outro recurso além dos mencionados também é pertinente para a análise.

A usabilidade do site pode ser definida como a facilidade e eficiência com que a interação e navegação ocorrem. Reis Lenhardt (2015), ao propor um modelo para avaliar a usabilidade dos sites e-GOV, definiu uma série de construtos para guiar a construção do questionário quantitativo implementado em sua pesquisa. Dentre os construtos, o que chamou a atenção por disponibilidade e facilidade de uso agrupa os elementos necessários para a análise proposta da página do PNLL. A disponibilidade é compreendida como a velocidade com que a página carrega e sua velocidade em disponibilizar seu conteúdo; a facilidade de uso, por sua vez, é o agrupamento de elementos como clareza, desenho, linguagem, navegabilidade, caminhos e alternativas de acesso (Reis Lenhardt; 2015, p. 29).

Por meio dessas ponderações, as questões-chave relacionadas à usabilidade e acessibilidade oferecem um teor técnico necessário para que a análise do conteúdo seja eficaz. A plataforma onde a informação está veiculada precisa garantir a sua usabilidade, para somente assim, a informação ser acessada. Entretanto, como um estudo investigativo da comunicação pública, a análise da usabilidade não parte de uma investigação profunda, do entendimento da criação e manuseio dessas ferramentas de acessibilidade e programação. A

pesquisa qualitativa deve analisar o site diante da perspectiva de um usuário que deseja ter acesso à informação sobre o PNLL.

4. Usabilidade:

- a. O carregamento da página foi rápido? Os links funcionam e carregam rapidamente?
- b. Como é a navegação do site? Ele apresenta uma estrutura linear ou oferece mais alternativas de navegabilidade?

5. Acessibilidade

- a. Os recursos de acessibilidade padronizados estão disponíveis? Estão em pleno funcionamento ou apresentam alguma inconsistência?
 - i. Teclas de atalho;
 - ii. Contraste da página;
 - iii. Barra de acessibilidade;
 - iv. Apresentação do mapa do site;
 - v. Páginas com os recursos de acessibilidade.
- b. Há algum outro recurso de acessibilidade disponível na página? Se sim, qual?

2.1.3. Engajamento e Participação Social

Por fim, em conformidade com o segundo e o terceiro princípio da comunicação pública elaborados por Medeiros e Chirnev (2021), a fomentação do diálogo e o estímulo à participação social são assimilados como um terceiro pilar estratégico, fundamental para o papel da comunicação pública. Somente a divulgação das informações de forma acessível e um site funcional e acessível não compreendem a totalidade das responsabilidades atribuídas a uma comunicação qualificada. Para que a finalidade desse conhecimento seja alcançada, é preciso que haja ativamente um incentivo ao diálogo e ao investimento na criação de espaços para interlocução multidirecional. Tal atitude é eficaz para qualificar o processo comunicacional, aproximando a população dos processos deliberativos, que, por sua vez, podem evitar insatisfações decorrentes de decisões contrárias ao interesse público (Medeiros; Chirnev, 2021, p.10).

Matos (2012) conclui, a respeito da condição do indivíduo conectado, dentro de um contexto de um Brasil em processo de democratização da vida social, a necessidade da

publicação de leis que reforcem os instrumentos online de acesso aos atos diretos e indiretos do Estado. Além disso, defende a importância de os governos implementarem canais de discussão que permitam que qualquer cidadão possa apropriar-se do desenvolvimento e das aplicações das políticas públicas.

Esse cenário possibilitaria o atendimento das demandas sociais que cada vez mais buscam por informações governamentais da aplicação e dos procedimentos que conduzem à construção dessas políticas. A publicação de novas leis, por um lado, é compreendida como a normatização da convivência social, e também como a materialização das necessidades de negociação entre o poder central e a sociedade civil. Nesta relação, a comunicação pública é “um processo de interlocução que preza pelo interesse coletivo, definido coletivamente na esfera pública de troca argumentativa” (Matos, 2012, p. 112).

A partir desta perspectiva, faz-se necessário a inclusão da participação pública na página eletrônica que acessibiliza a informação digitalmente aos interessados. Para que a organização do debate ocorra e a opinião pública não se fragmente em comentários abstratos, é preciso a integração dessas páginas às ferramentas de participação social já existentes, como é o exemplo da plataforma Brasil Participativo. A plataforma, criada em 2023, permite à população brasileira propor, votar e fiscalizar políticas públicas e centralizar diversas outras formas de participação em uma mesma plataforma. Dessa forma, não faz-se necessário desenvolver outra ferramenta de participação exclusiva para as páginas eletrônicas que propagam sobre políticas públicas, evitando desfragmentar ainda mais o debate público. Porém, para conciliar com os princípios da Comunicação Pública e potencializar o alcance e a participação do usuário é preciso que as páginas, mesmo que executadas sobre um caráter informativo a respeito das políticas públicas, tenham, ao menos, um direcionamento que integre a página à plataforma do Brasil Participativo, uma vez que sua proposta é ser o centralizador de diferentes formas de participação social e política.

Contudo, é preciso levar em consideração a recente criação da plataforma, em 2023, e colocar em perspectiva que sua implementação em todas as páginas sobre políticas públicas disponíveis no site oficial do Governo Federal possa não ter sido efetuada; sendo preciso análises futuras destes sítios para a confirmação do andamento deste processo, a fim de constatar se a integração proposta é uma ação que está ou não sendo ponderada pela comunicação governamental atual. Em complemento à participação social, para maior aprofundamento qualitativo na análise, consideramos, por fim, outros formatos internos ou

externos que visam fomentar o engajamento, identificando sua presença, funcionalidade e recursos utilizados.

6. Diálogo e Interação

- a. O site oferece canais diretos de comunicação com os gestores da política pública em questão? Esses canais são facilmente localizáveis?
- b. Há presença de fóruns, espaços para comentários ou enquetes que estimulam a troca de ideias entre o poder público e a sociedade?

7. Integração com Ferramentas de Participação

- a. A página eletrônica oferece um direcionamento claro para a plataforma Brasil Participativo, incentivando a participação social na construção e na fiscalização da política pública?
- b. Caso não haja um direcionamento para a plataforma Brasil Participativo, existem outros mecanismos internos ou externos promovidos pelos sites para incentivar a participação?

8. Qualidade dos Mecanismos de Engajamento

- a. Os recursos de participação disponíveis são apresentados de forma clara e convidativa ou estão presentes como mera formalidade?
- b. Há indícios de que a opinião pública é realmente considerada? Se sim, como?

3. O CENÁRIO DA LEITURA NO PAÍS E A RESPOSTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1. A Pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil”

Segundo o portal eletrônico do Instituto Pró-Livro (IPL), a pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” é a única em âmbito nacional cujo objetivo é compreender o comportamento do leitor. O estudo é uma referência para os setores interessados, disponibilizando dados concretos sobre os hábitos de leitura no país, além de subsidiar estudos acadêmicos e pesquisas nas áreas da educação e da cultura. A sua análise promove reflexões, novos estudos e decisões em torno de melhorias e adaptações a políticas públicas e ações para a melhora de indicadores importantes avaliados pela pesquisa.

O Instituto Pró-Livro é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada em 2006, mantida pelas entidades Abrelivros, CBL (Câmara Brasileira do Livro) e SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) para fomentar a leitura e a difusão do livro no país. A pesquisa “Retratos da Leitura no Brasil” estava em sua segunda edição quando passou a ser organizada pelo IPL, a partir de 2007, mas já era um estudo que visava traçar o perfil do leitor, a partir de dados como escolaridade, classe social, gênero, idade, renda e outros, a fim de investigar as motivações e os hábitos de leitura, seja como lazer ou como ferramenta de aprendizado e desenvolvimento crítico.

A última edição, publicada em 2024, em parceria com o Governo Federal e o Ministério da Cultura, indicou pela primeira vez em sua história que há mais não-leitores do que leitores no Brasil. Em comparação aos dados da pesquisa publicada em 2019, houve uma queda de cerca de sete milhões de leitores: um dado preocupante que destaca um cenário necessário para o surgimento de novas ações e medidas eficazes por parte do governo e da sociedade civil. É precisamente neste contexto de desafio que se faz necessária a análise da pesquisa para compreender o termômetro social que revela a baixa adesão ao hábito da leitura por parte dos não-leitores. Para além do dado amplamente divulgado a respeito da quantidade dos que leem e os que não têm preferência pela atividade, é preciso verificar outros dados que aprofundam mais essa relação e oferecem outra perspectiva para além da escolha voluntária de não ler.

Os resultados apontam que as principais motivações para os leitores são o gosto pela leitura, a busca por distração e a atualização cultural. A escolha dos livros ocorre

predominantemente por tema, pela capa e indicações de terceiros. Um dado que merece reflexão é a frequência leitora, conforme a escolaridade: entrevistados com ensino médio e superior tendem a ler mais, ainda que a diferença não seja tão expressiva em comparação com leitores que possuem até o ensino fundamental II.

Entre as barreiras identificadas, cerca de 46% dos leitores entrevistados afirmaram não ter lido mais nos últimos três meses por falta de tempo; a segunda justificativa mais citada é a preferência por outras atividades, com 9% das menções. Já entre os não-leitores, 33% também alegaram falta de tempo, porém, dentre esse percentual, apenas 43% declaram efetivamente que estavam ocupados. A justificativa de não gostar de ler aparece em seguida, com 32% das respostas, enquanto 14% dos não-leitores afirmaram não saber ler, um dado especialmente alarmante.

A pesquisa investigou ainda as influências positivas na formação leitora. Tanto entre leitores (54%) quanto entre não-leitores (85%), a maioria reportou não ter tido uma grande figura de destaque no incentivo à leitura. O baixo envolvimento parental é outro aspecto relevante: a maioria dos entrevistados veio de estruturas familiares em que os pais tinham escolaridade entre o fundamental I e médio, e não cultivavam o hábito de ler para os filhos, uma realidade um pouco menos acentuada entre os leitores, mas ainda assim presente em cerca de 57% dos casos. Um dado pertinente revela que 46% dos leitores atribuíram o despertar do interesse pela leitura a um professor ou à escola. Há também consenso significativo entre leitores (46%) e não leitores (41%) de que a leitura proporciona conhecimento, indicando que, mesmo na ausência do hábito, seu valor é reconhecido. Por fim, a pesquisa evidencia a presença de leitores e não-leitores nos ambientes digitais, com destaque para atividades como leitura de notícias e aprofundamentos em temas de interesse. Esse perfil reforça a importância da construção de portais governamentais funcionais e de qualidade, capazes de disseminar políticas públicas de leitura de forma eficaz. Portanto, a pesquisa *“Retratos da Leitura do Brasil”* oferece um vasto subsídio para compreender os múltiplos cenários que consolidam o papel do livro na sociedade brasileira. Para além de fundamentar a construção das políticas públicas, o estudo evidencia a urgência de uma divulgação estratégica dessas ações na internet, que buscam frear essa queda e garantir a fomentação do hábito.

A análise do portal eletrônico do PNLL torna-se, assim, imprescindível para avaliar a eficácia da comunicação digital do plano, que visa coordenar as políticas voltadas a essa temática. Por se tratar de uma iniciativa interministerial, envolvendo o Ministério da Cultura e

o Ministério da Educação, é crucial que sua comunicação seja eficiente e estratégica, utilizando os dados disponíveis para aperfeiçoar discursos e ações, assegurando que uma problemática de tamanha envergadura seja enfrentada de forma inteligente e coordenada.

3.2. Comunicação de Políticas Públicas sobre Leitura.

A efetividade de uma política pública está diretamente ligada à sua comunicação. No contexto do incentivo à leitura, é preciso ir além da concepção da comunicação como mera transmissão de informações e adotar um modelo que se beneficie de sua capacidade estratégica e mediadora. Dessa forma, além de possibilitar um maior alcance à informação e fornecer dados precisos para grupos interessados em articular-se sobre as temáticas abordadas pela política pública, é preciso que a comunicação governamental para o fomento da leitura seja bidirecional, acessível e não fragmentada.

Os dados disponibilizados pela pesquisa “Retratos na Leitura do Brasil” evidenciaram que 85% dos não-leitores não tiveram figuras incentivadoras para sua formação leitora, uma lacuna que pode ser explorada pelo Governo Federal, visto que 46% dos leitores atribuíram aos professores e à escola o despertar do interesse pela literatura. Naturalmente, sem incentivo de figuras familiares, a influência da escola na formação crítica da criança é imperativa para que o interesse seja estimulado. Segundo a Lei Nº 12.796 de 2013, é obrigatório, a partir dos quatro anos de idade, o acesso à educação básica, destacando o quão cedo ocorre a participação do Estado no desenvolvimento da sociedade. Apesar da queda no índice geral da leitura, a pesquisa aponta que a média de livros lidos por ano das faixas etárias dos cinco aos treze anos é a mais alta, com cerca de sete livros. Em contrapartida, somente 47% dos indivíduos com mais de cinco anos de idade podem ser considerados leitores no Brasil.

Esse cenário destaca a importância da figura do Estado na formação dos próprios leitores, que posteriormente possam engajar-se nas políticas de fomento à leitura. Uma vez que o incentivo não parta de uma figura parental ou externa ao ambiente escolar, que se inicia muito cedo na vida do cidadão, é natural que essa lacuna seja preenchida pelas ações do Governo Federal. Segundo dados do “Censo Escolar 2024”, foram registrados cerca de 47,1 milhões de estudantes, distribuídos em 179 mil unidades escolares em todas as etapas do ensino. Esse valor compreende cerca de 22% da população total brasileira, que corresponde a 213,4 milhões de acordo com os dados publicados em 2025 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entretanto, a participação do Estado não se restringe somente ao sistema educacional. Paulo Freire destaca que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquela” (Freire, 1989, p. 13). Dessa maneira, a formação leitora atua de forma benéfica tanto para o aprendizado quanto para a percepção crítica de sua cultura. A leitura da palavra, além de ser precedida pela leitura do mundo, é precedida, também, pela capacidade de transformação, por meio de nossa prática consciente, reescrevendo a própria concepção de realidade. (Freire, 1989).

Diante desse contexto, fica compreendida a competência dos Ministérios da Cultura e da Educação na elaboração das estratégias de comunicação que integram os objetivos do PNLL. O recorte do sistema educacional mencionado anteriormente destaca uma das frentes de atuação da comunicação governamental na fomentação da leitura, reconhecendo que as etapas iniciais da vida da criança são uma oportunidade estratégica para o incentivo da atividade, não apenas pelo seu caráter funcional, mas pelo potencial de enriquecer a interpretação de mundo daquele cidadão em formação. Contudo, o papel do Estado no incentivo à leitura não se restringe apenas ao ambiente escolar, pois faz-se necessário também tanto o resgate do interesse dos adultos que não foram engajados enquanto alunos, seja por lacunas em seu processo de alfabetização ou pelo desinteresse pelo hábito de ler, quanto a continuidade dos incentivos daqueles já engajados e que, reconhecendo os benefícios da leitura, possuem interesse em participar da elaboração de novas estratégias e na aplicação destas ações na sociedade. É pertinente ponderar que a falta de tempo foi a justificativa mais citada como obstáculo para a leitura na pesquisa, tanto pelos leitores (46%), quanto pelos não-leitores (33%).

Justamente pela ausência de tempo relatada por ambos os grupos, a eficiência das informações, da usabilidade e acessibilidade são cruciais para o portal eletrônico do PNLL, a fim de facilitar a coleta de dados pelas partes interessadas. A pesquisa apontou que 73% dos leitores entrevistados acessam a internet com o intuito de ler notícias e informações em geral. Embora apenas 50% dos não-leitores tenham indicado navegar com as mesmas intenções, é notório que a presença digital dos sítios governamentais é necessária para ampliar o alcance das mensagens e da comunicação em sua totalidade. Em consonância, é também pertinente que as ferramentas de participação e engajamento sejam disponibilizadas junto à informação, otimizando a investigação do usuário, possibilitando que os cidadãos mais ocupados possam organizar-se com mais facilidade para participar efetivamente das deliberações.

Nesse sentido, para ser efetiva, a comunicação do PNLL não pode se restringir a um modelo vertical de transmissão de informações. No contexto da sociedade em rede, o poder unificador da comunicação de massa vertical é

Substituído por uma diferenciação socialmente estratificada, levando à coexistência de uma cultura de mídia de massa personalizada com uma rede de comunicação eletrônica interativa de comunidades auto-selecionadas (Castells, 2002, p. 458).

Essa transição de paradigma comunicacional afeta profundamente a atuação estatal, pois, além de permanecer a necessidade de veiculação das mensagens de interesse público, é necessário que o Estado atue, também, como um articulador de redes. Em outras palavras, o portal eletrônico do PNLL deve ser concebido não como um simples mural digital, mas como uma plataforma viva que facilite a conexão entre todos os agentes das diferentes esferas do livro. O objetivo é construir um espaço onde seja fomentada a criação de comunidades auto-selecionadas em torno da leitura, colaborando para o preenchimento de lacunas de figuras incentivadoras apontadas pela pesquisa. Dessa maneira, a estratégia de rede colabora para o enfrentamento de dois grandes desafios identificados: a falta de tempo relatada tanto pelos grupos leitores quanto pelos não-leitores e a necessidade de um portal que acessibilize essas informações de forma eficiente. Um sítio eletrônico que centralize as informações e facilite seu acesso e participação aos usuários é uma ferramenta eficaz para dinamizar o acesso à informação e a interação com a política pública, otimizando o tempo escasso e convertendo o interesse do cidadão em uma ação concreta.

Portanto, a leitura como prática de aprendizado e discernimento do mundo exige uma mediação que a torne relevante para o indivíduo. O Estado, ao assumir o papel de incentivador quando essa ação não parte do ambiente familiar ou da sociedade civil, precisa ir além da transmissão de informações e adotar uma lógica de rede interativa, estimulando a participação e o hábito de ler. O Plano Nacional do Livro e Leitura, o PNLL, tem por base a necessidade de formar uma sociedade leitora, segundo a página eletrônica oficial. Dessa forma, sua comunicação precisa superar o papel de ser um mero anexo da política pública e tornar-se o seu principal mecanismo de implementação e engajamento na sociedade.

3.3. O Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL)

O PNLL é o produto de uma ação liderada pelo Governo Federal, por meio dos Ministérios da Cultura e da Educação, instituída pelos respectivos ministros, Gilberto Gil e

Fernando Haddad, no dia 10 de agosto de 2006, por meio da portaria interministerial nº 1.442. Esse ato consolidou os resultados de um amplo debate realizado ao longo de 2005 e 2006 com a participação de representantes de toda a cadeia produtiva do livro, marcando a transição de iniciativas pontuais para uma política de Estado integrada.

Conforme define seu portal eletrônico oficial, o PNLL estabelece diretrizes básicas para

Assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional.

A portaria de 2006 foi, assim, um marco significativo para a elaboração de uma política de Estado norteadora, articulando de forma orgânica políticas, programas, projetos e ações continuadas e permanentes (Ministério da Cultura, 2025).

No entanto, foi somente em 2011 que o PNLL foi transformado em estratégia permanente do planejamento, apoio e articulação para o fomento da leitura no país, por meio do Decreto n.º 7.559/2011, editado pela então presidente do país Dilma Rousseff (Santos, 2025). Este decreto conferiu uma nova dimensão e solidez institucional ao Plano, diferentemente do caráter inicial da portaria interministerial. Ao elevar o PNLL a política de Estado, o decreto fortaleceu seu papel como eixo norteador para a ação de governos e da sociedade civil, transcendendo a esfera de um projeto de governo específico.

Nesse sentido, o Plano passou a atuar como um facilitador e articulador, promovendo o acesso a um vasto acervo de obras em diferentes linguagens e formatos, e fomentando práticas culturais que abarcam a pluralidade de culturas e trajetórias leitoras. Sua responsabilidade, portanto, vai além de formar leitores de forma unidirecional. O PNLL busca criar condições sustentáveis para a leitura, possibilitando que os leitores desenvolvam sua relação com a leitura de forma autônoma e responsiva, atribuindo-lhe um forte caráter social, cultural e pessoal (Santos, 2025). Essa visão orgânica e sistêmica consolida seu papel como orientador de políticas públicas do livro e leitura no Brasil.

Contudo, o caráter permanente do Plano exige uma contínua atualização. No dia 5 de setembro de 2024, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, instituiu o novo Plano Nacional do Livro e Leitura, por meio do Decreto 12.166. Esse ato, além de regulamentar pela primeira vez a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei Nº 13.696/2018, também confere concretude operacional e uma sólida institucional ao PNLL,

que é formalmente definido como principal instrumento de planejamento da política, com vigência de dez anos e ciclos preferencialmente concomitantes com o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Educação.

O texto legal avança ao estabelecer uma estrutura clara e participativa. Conforme o parágrafo único do artigo 3º,

No processo de elaboração do PNLL serão assegurados mecanismos de participação social, com manifestação do Conselho Nacional de Educação, do Conselho Nacional de Política Cultural e de representantes de secretarias estaduais, distritais e municipais de cultura e de educação, da sociedade civil e do setor privado.

Dessa forma, consolida-se o PNLL como uma política de Estado construída de forma colaborativa.

O artigo 4º do decreto 12.166 organiza a atuação do PNLL em quatro eixos estratégicos, oferecendo uma visão abrangente e integrada da formação leitora no país. O primeiro eixo garante a democratização do acesso, ampliando a disponibilidade de livros, materiais de leitura e bibliotecas; o segundo trata do fomento à leitura e à formação de mediadores, focando na capacitação desses agentes como incentivadores da leitura; o terceiro eixo busca valorizar institucionalmente a leitura e seu valor simbólico, posicionando a atividade como um valor cultural e social essencial para o país; e por fim, o quarto eixo visa fomentar a cadeia criativa e produtiva do livro, fortalecendo autores, editores, livrarias e todos os elos da economia do livro.

A publicação do Decreto Nº 12.166/2024 consolida o PNLL como o plano norteador para as políticas do livro e leitura no Brasil, respondendo a um período de inconsistência institucional com um marco legal robusto e participativo. Este novo ciclo é fundamental para fortalecer a estrutura necessária para combater os dados alarmantes de exclusão leitora identificados pela pesquisa *“Retratos da Leitura no Brasil”*. Esse percurso demonstra um amadurecimento institucional, pautado pela participação social e pelo compromisso com a longevidade das estratégias.

Para a construção do novo PNLL (2025-2035), os conselheiros analisaram mais de 1.600 propostas apresentadas pela sociedade civil em recente consulta pública, além de seminários regionais em todo o país, conferências setoriais, audiências públicas na Câmara e a realização de quatro reuniões dos colegiados. Segundo notícia veiculada no portal do Ministério da Cultura em setembro de 2025, o novo texto base está finalizado e segue para

tramitação jurídica; a expectativa é de que a regulamentação do novo Plano ocorra ainda no segundo semestre de 2025.

4. ANÁLISE DO PORTAL PNLL

4.1. Metodologia da Análise

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa para a análise do portal eletrônico do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), disponível no site do Ministério da Cultura vinculado ao portal oficial do Governo Federal. O método consiste em uma análise de conteúdo orientada por critérios previamente definidos no Capítulo 2, organizado em três pilares estratégicos: Linguagem e Transparência, Usabilidade e Acessibilidade, e Engajamento e Participação Social.

A coleta de dados foi realizada por meio da observação direta e sistemática do sítio eletrônico, simulando a navegação de um cidadão interessado em compreender e engajar-se com a política pública. A coleta foi conduzida entre os dias 12 e 18 de novembro de 2025, assegurando que a versão do portal eletrônico fosse a mais recente possível durante o período de finalização deste estudo. Para além da análise, foram coletadas capturas de tela e anotações de campo para fundamentar as evidências encontradas.

O instrumento de análise principal é o conjunto de oito questões elaboradas nos itens 2.1.1. a 2.1.3, com base na fundamentação teórica que consolida os princípios da comunicação pública no ambiente digital. Cada questão é como um critério de avaliação qualitativa, permitindo uma análise mais detalhada, que não se limita a conclusões binárias de sim ou não. O intuito das questões-chaves é compreender a qualidade e a efetividade da implementação de cada princípio, a fim de verificar se a comunicação do portal eletrônico do PNLL está à altura do desafio que propõe enfrentar. Por se tratar da análise de um site governamental de interesse público, não há restrições éticas para o estudo de seu conteúdo, que está disponível para acesso livre.

A apresentação dos resultados segue a estrutura dos três pilares analíticos. Em cada subseção, os dados coletados da observação direta do sítio eletrônico são descritos e interpretados com base nas questões-chave.

4.1.1. Metodologia das Anotações de Campo

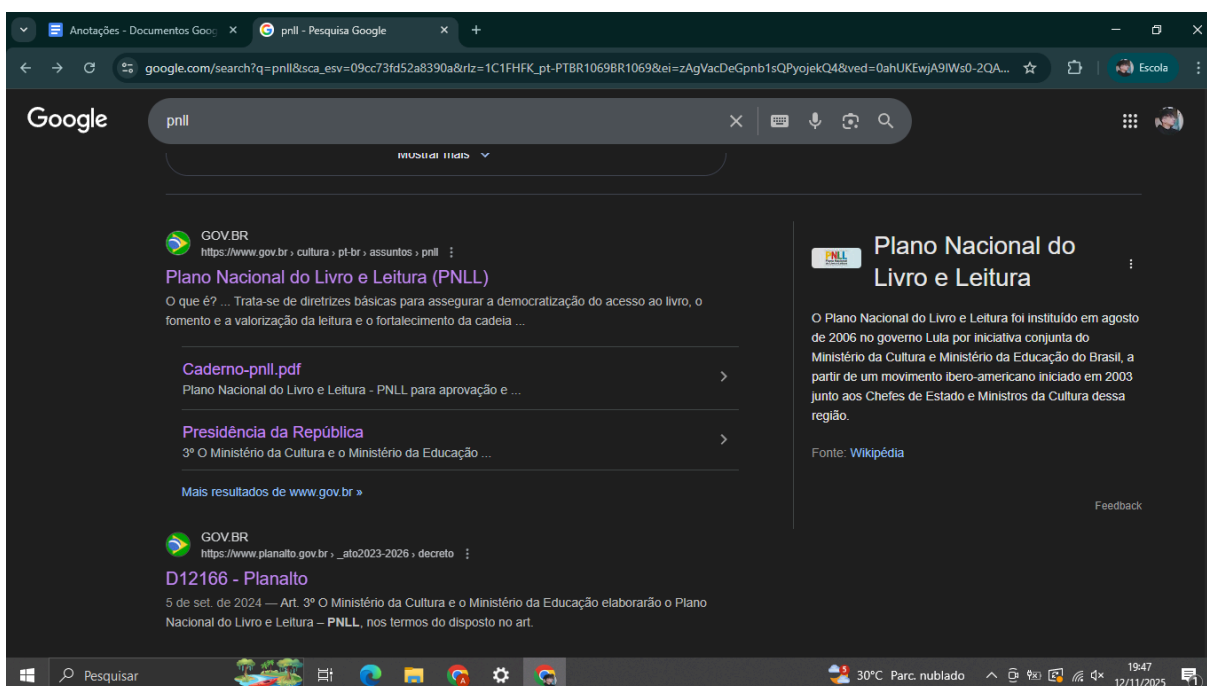
Para garantir o registro empírico e a replicação dos dados observados durante a interação com o portal, foi adotada a técnica de anotações de campo estruturada. O

procedimento visou documentar o processo de experiência do usuário, capturando não apenas o conteúdo estático da página, mas também a sua funcionalidade, desempenho e a jornada necessária para acessar as informações. As observações foram realizadas entre o dia 12 e 18 de novembro de 2025, com os seguintes parâmetros sendo sistematicamente documentados.

- I. Condições técnicas: Foi utilizado o navegador Google Chrome (versão 142.0.7442.135) e foi aferida a velocidade da conexão da Internet (126.1 Mbps de download / 68.8 Mbps de upload), a fim de descartar variáveis externas que pudessem afetar o desempenho do Portal.
- II. Procedimento de descoberta: A análise iniciou-se externamente ao Portal, simulando a busca de um cidadão por meio do mecanismo de busca do Google. Foram registradas as informações contidas na meta descrição da página e a natureza dos endereços associados ao PNLL nos resultados de busca.
- III. Navegação interna: Em um segundo momento, a localização da página do PNLL foi investigada a partir do portal do Ministério da Cultura no GOV.BR. Foram testadas e documentadas as três vias de acesso principais: o menu de assuntos, a barra de pesquisa interna e a lista de assuntos no rodapé. A posição do PNLL na lista (29º de 33 itens) e a falha da ferramenta de pesquisa de direcionar o usuário à página revelam uma falha na arquitetura de informação.
- IV. Verificação da Interministerialidade: Foi realizada a busca da política pelo portal do Ministério da Educação, constatando-se a ausência de qualquer menção ao PNLL.

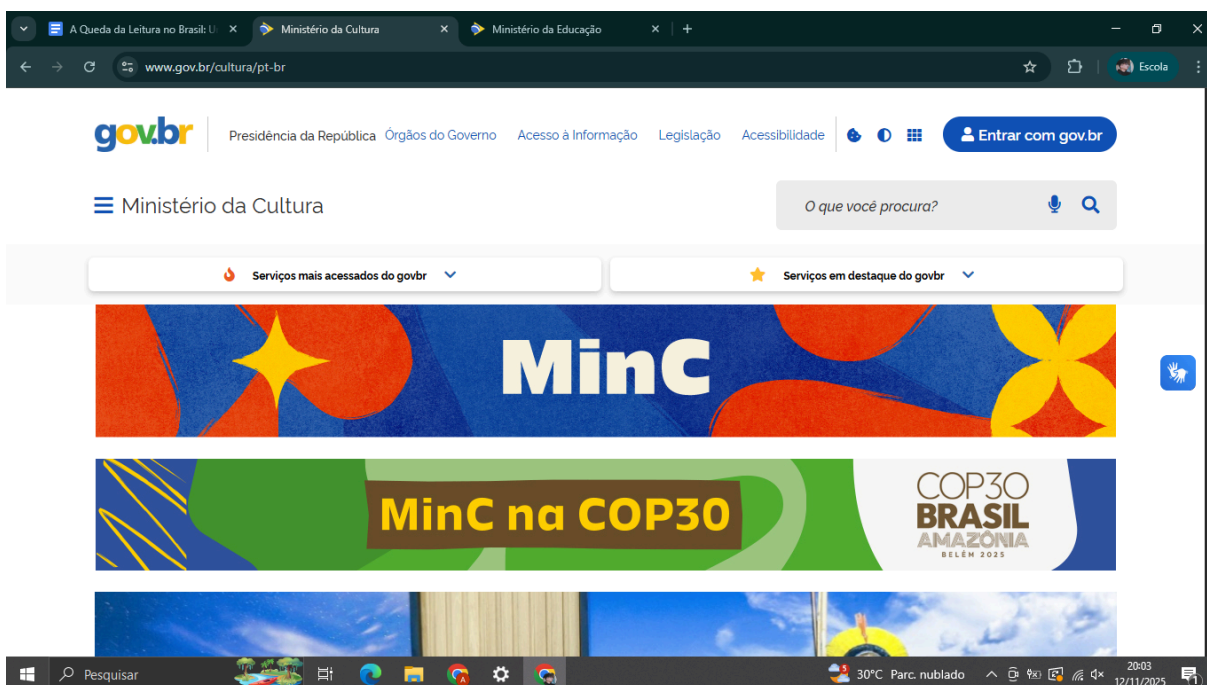
Estas anotações, complementadas pelas capturas de tela disponibilizadas a seguir, serviram como base para a realização da análise crítica subsequente do Portal do PNLL.

Figura 1 - Busca do PNLL via Google



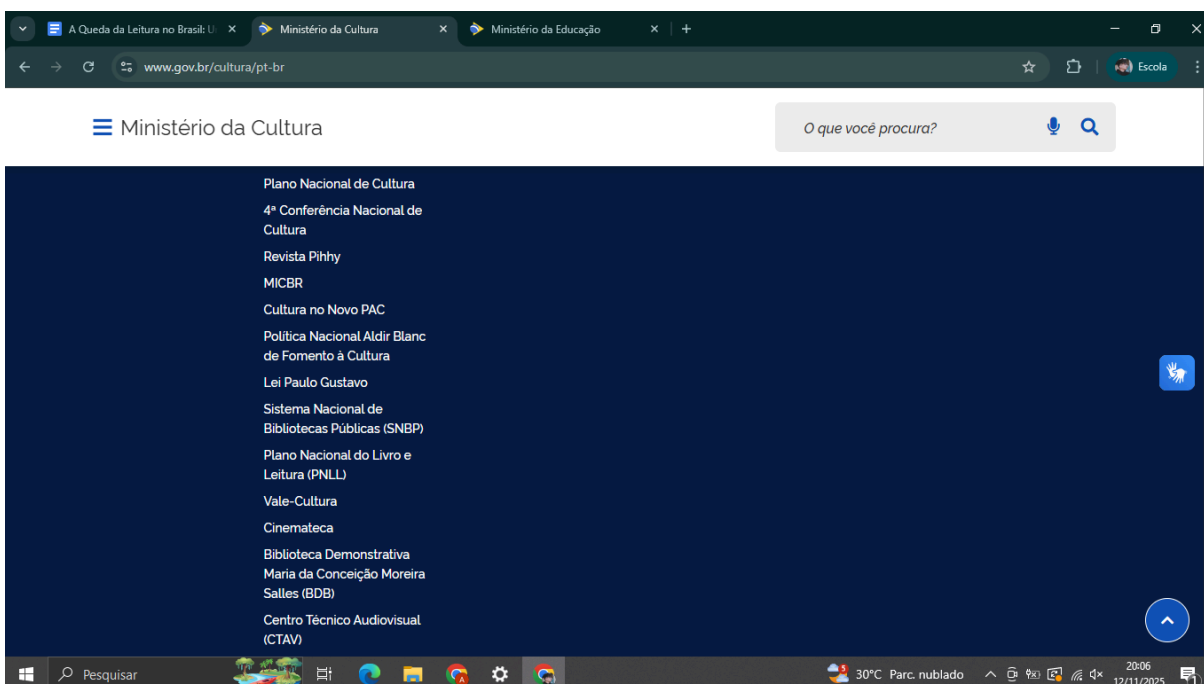
Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 2 - Página Inicial do Ministério da Cultura



Fonte: Elaborado pelo Autor

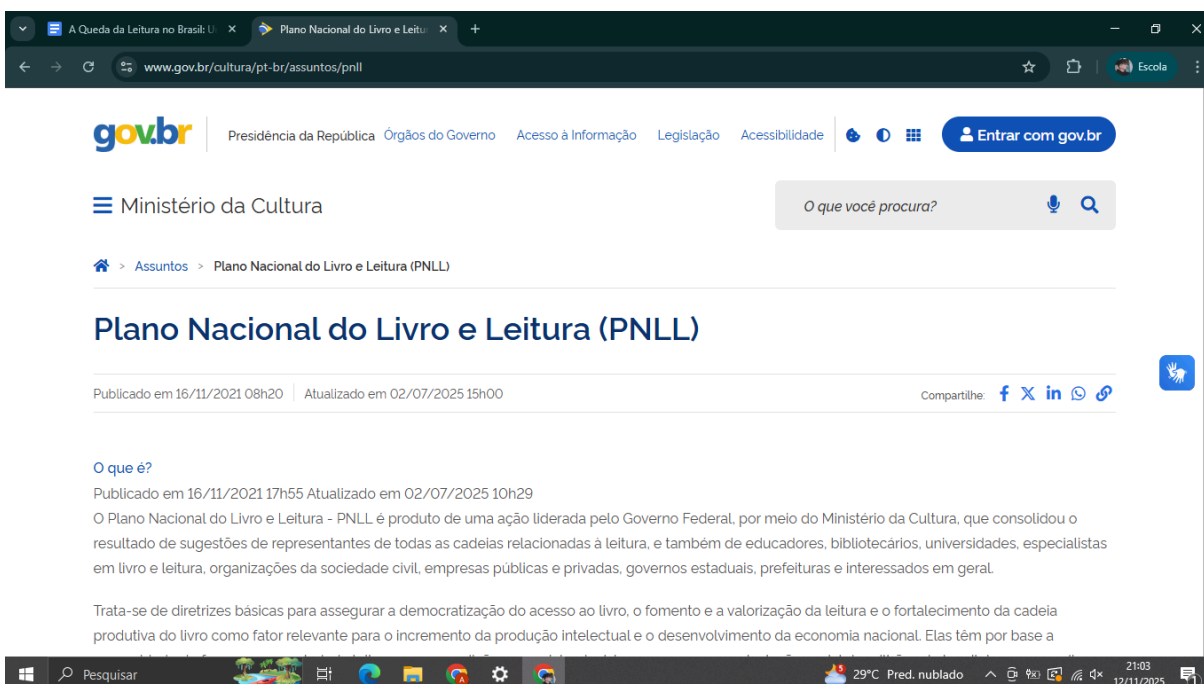
Figura 3 - Rodapé do Portal do Ministério da Cultura



Fonte: Elaborado pelo Autor

4.2. Análise da Linguagem e Transparência

Figura 4 - Página Inicial do PNLL



Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 5 - Primeiro Bloco Textual PNLL

Ministério da Cultura

O que você procura?

O que é?
Publicado em 16/11/2021 17h55 Atualizado em 02/07/2025 10h29

O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL é produto de uma ação liderada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura, que consolidou o resultado de sugestões de representantes de todas as cadeias relacionadas à leitura, e também de educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade civil, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

Trata-se de diretrizes básicas para assegurar a democratização do acesso ao livro, o fomento e a valorização da leitura e o fortalecimento da cadeia produtiva do livro como fator relevante para o incremento da produção intelectual e o desenvolvimento da economia nacional. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

Quatro eixos orientam a organização do Plano:

- Eixo 1 – Democratização do acesso
- Eixo 2 – Fomento à leitura e à formação de mediadores
- Eixo 3 – Valorização institucional da leitura e incremento de seu valor simbólico
- Eixo 4 – Desenvolvimento da economia do livro

A constituição do PNLL foi um marco significativo para a elaboração de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa para nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas e permanentes.

Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 6 - Segundo Bloco Textual PNLL

Ministério da Cultura

O que você procura?

orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas e permanentes.

Histórico
Publicado em 16/11/2021 17h56 Atualizado em 02/07/2025 10h30

O Plano Nacional do Livro e Leitura é produto do compromisso do Governo Federal de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema.

Durante os anos de 2004 a 2006, sob a coordenação do então Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, foram realizados em todo País encontros na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas redondas, com representantes de todas as cadeias produtivas do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral. Os resultados, foram consolidados por meio da [Portaria Interministerial nº 1.442](#), de 10 de agosto de 2006, que instituiu o Plano Nacional do Livro e Leitura – PNLL.

Em 2011, foi publicado o [Decreto nº 7.559](#), dispondo sobre o PNLL como estratégia permanente de planejamento, apoio, articulação e referência para a execução de ações voltadas para o fomento da leitura no País, dando-lhe, assim, uma maior dimensão que a conferida pela Portaria.

Documentos Relacionados
Publicado em 16/11/2021 17h57 Atualizado em 26/06/2025 13h17

- [Portaria Interministerial MINC/MEC nº 6, de 10 de julho de 2025](#) - Designa o Secretário Executivo e os membros do Conselho Diretivo, da Coordenação

Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 7 - Terceiro Bloco Textual PNLL

Ministério da Cultura

O que você procura?

Documentos Relacionados

Publicado em 16/11/2021 17h57 Atualizado em 26/06/2025 13h17

- Portaria Interministerial MINC/MEC nº 6, de 10 de julho de 2025 - Designa o Secretário Executivo e os membros do Conselho Diretivo, da Coordenação Executiva e do Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL
- Portaria Interministerial MINC/MEC nº 3, de 26 de maio de 2025 - Institui o Conselho Diretivo, a Coordenação Executiva e o Conselho Consultivo do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL
- Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024 - Regulamenta a Política Nacional de Leitura e Escrita, instituída pela Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, e altera o Decreto nº 519, de 13 de maio de 1992, e o Decreto nº 520, de 13 de maio de 1992
- Portaria Interministerial nº 02, de 3 de abril de 2024 - Atualiza os representantes do Governo Federal no Conselho Diretivo e na Coordenação Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL
- Portaria Interministerial nº 03, de 26 de julho de 2022 - Divulga o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 1/2021 e a composição do Conselho Diretivo e da Coordenação Executiva do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL
- Edital nº 1/2022 - Prorroga o prazo de inscrições do Edital de Chamamento Público nº 1/2021
- Edital de Chamamento Público nº 01/2021 - Seleção e habilitação de organizações da sociedade civil representativas de autores, de editores, de bibliotecas públicas e de especialistas em leitura e em acessibilidade, para indicação dos membros que comporão, na qualidade de seus representantes, o Conselho Diretivo do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL
- Designação da Secretária-Executiva do PNLL - Biênio 2021/2023
- Designação da Secretária-Executiva do PNLL - Biênio 2017/2019
- Portaria Interministerial nº 01, de 25 de fevereiro de 2016 - Composição do Conselho Diretivo e da Coordenação Executiva do PNLL, atualiza a Portaria

Fonte: Elaborado pelo Autor

Figura 8 - Quarto Bloco Textual PNLL

Ministério da Cultura

O que você procura?

Publicações

Publicado em 16/11/2021 17h58 Atualizado em 12/07/2024 12h19

- Caderno PNLL
- Plano Nacional do Livro e Leitura: Textos e História 2006-2010
- Guia para elaboração e implantação dos Planos estadual e municipal do livro e leitura
- VII Conferência Iberoamericana de Cultura - Declaración de Cochabamba, Bolívia 2003

Atualizado em 15/07/2024 09h42

2024.04.08PortariaInterministerialn2AlteracaodaPortariaInterministerialn3de26.07.22ConselhoDiretivoCoordenacaoExecutiva.pdf – 203 KB

Atualizado em 25/06/2025 18h39

PortariaInterministerialMINC_MECn6.pdf – 200 KB

Atualizado em 25/06/2025 18h40

Portaria_Interministerial_MINC.MEC_n_3_PNLL.pdf – 154 KB

Atualizado em 25/06/2025 18h41

2024.09.06_Decreto_nA_12.166_Regulamenta_a_PNLE_e_altera_os_decretos_nA_13.396_e_519.pdf – 214 KB

Compartilhe: f X in

Fonte: Elaborado pelo Autor

4.2.1. Aplicação do questionário

Clareza e acessibilidade da linguagem:

- a. A linguagem é clara, objetiva e de fácil compreensão para um indivíduo com níveis fundamentais e médios de escolaridade?

R: Não totalmente. A linguagem é padrão, técnica e formal, característico de documentos oficiais. O uso de voz passiva é predominante, uma vez que o foco é na ação (PNLL) e não no agente. As informações do site seguem uma verticalidade, primeiramente explicando sobre a política, seus dados históricos e, em sequência, uma listagem de documentos legais e publicações referentes ao PNLL. Os dois primeiros blocos concentram a maior parte da carga textual da página (3250 caracteres com espaços), onde foram identificados 16 termos pouco acessíveis para cidadãos com ensino fundamental/médio.

Quadro 1 - Termos de Inacessibilidade

Termo Técnico	Razão de Inacessibilidade
Cadeias produtivas	Jargão técnico de economia e gestão.
Democratização do acesso	Conceito abstrato de política pública.
Fomento	Poderia ser substituído por "Incentivo" ou "estímulo" que são termos mais acessíveis.
Fortalecimento da cadeia produtiva	Jargão administrativo.
Incremento	Palavra mais formal para "aumento" ou "ganho".
Eixos	Termo de planejamento estratégico.
Valorização institucional	Conceito abstrato e sociológico.
Valor simbólico	Conceito acadêmico para o significado cultural de algo.
Política de Estado	Termo de ciência política.
Nortear de forma orgânica	É um jargão de gestão, soa vago.

Ações continuadas e permanentes	Terminologia de gestão pública.
Portaria Interministerial nº 1.442	Jargão jurídico-administrativo.
Instituiu	Termo jurídico e formal para “criou” ou “estabeleceu”.
Decreto nº 7.559	É uma citação a um ato legal, um jargão jurídico que pressupõe conhecimento prévio.
Estratégia permanente de articulação	Jargão técnico de gestão.
Conferida	Palavra de linguagem formal e jurídica para “dada”, “entregue”, “cedida”.

Fonte: Portal do PNLL

Os blocos “documentos relacionados” e “publicações” são compilados de links, explicados de forma sucinta, que encaminham para os documentos jurídicos responsáveis pela legalização das deliberações acerca do PNLL. Embora a carga textual, que compreende a primeira parte do conteúdo, possua 16 termos técnicos considerados pouco acessíveis aos cidadãos com escolaridade do fundamental ao médio, a sua compreensão não é defasada por completo. No entanto, nesta segunda seção, a leitura dos documentos exige uma maior familiaridade com o linguajar jurídico, e até mesmo as explicações que precedem o título do documento necessitam de um conhecimento prévio a respeito dos processos e funções da administração pública.

b. Como a linguagem equilibra o rigor formal com a necessidade de ser acessível?

R: O texto prioriza o rigor formal em detrimento da acessibilidade, usando termos técnicos sem simplificação ou tradução para os cidadãos que não estão familiarizados com a linguagem. Embora o tom de voz reflita seriedade e autoridade institucional, não há um esforço explícito na tradução e na acessibilização do conteúdo textual e nos documentos complementares.

c. Há recursos de acessibilidade comunicacional presentes? Como glossários, dicionários, infográficos e outros?

R: Como recurso de acessibilidade, foram identificados links complementares em dois dos termos considerados pouco acessíveis mencionados anteriormente, a “Portaria Interministerial nº 1.442” e o “Decreto nº 7.559”, mas que apenas direcionam para seus respectivos documentos legais sem oferecer uma simplificação adicional, exceto pelo seu caráter objetivo quanto à legalidade do PNLL. Não há glossários, dicionários ou infográficos que ajudem na interpretação dos outros 14 termos ou no conteúdo geral. Nas seções seguintes, onde o linguajar jurídico é mais presente, também não há recursos que auxiliem em sua interpretação.

Transparência e prestação de contas:

a. Quais dados e informações sobre a política pública estão disponíveis no site? Essas informações são de fácil acesso?

R: O texto fornece informações descritivas sobre a origem, eixos, objetivos e histórico legal da política. O acesso a essas informações é imediato na página, com seções dedicadas aos documentos legais e às publicações de apoio, como o Caderno do PNLL e guias para governos estaduais e municipais. As informações são de fácil acesso, todos os links funcionam corretamente e estão de acordo com o informado.

b. Os documentos divulgados estão disponíveis apenas em formato bruto (PDF, relatórios longos) ou há um esforço para traduzi-los e interpretá-los?

R: Os documentos divulgados estão disponíveis somente em formato bruto (PDF), sem esforço aparente em traduzir, resumir ou interpretar o conteúdo ao cidadão sem conhecimento jurídico. A marcação em amarelo nos trechos referentes ao PNLL em parte dos documentos é o único recurso de acessibilidade que auxilia na leitura dos materiais.

c. As informações e notícias veiculadas citam suas fontes? É possível que o cidadão consiga verificar a veracidade e a origem delas?

R: Sim, as informações citam sua fonte primária, inclusive direcionando o usuário aos respectivos documentos oficiais, permitindo que o cidadão verifique a origem e a

veracidade das informações legais apresentadas, isto é, se possuir familiaridade com o linguajar jurídico.

Ética, impessoalidade e combate à desinformação:

- a. A linguagem adotada no site promove a promoção pessoal de autoridades e de um viés político-partidário ou foca nas políticas e informações de interesse público?

R: A linguagem é impessoal e focada na política e no processo de construção coletiva. Não há menção ou promoção de nomes de autoridades ou partidos, mantendo o foco sempre informativo a respeito do PNLL. Contudo, cabe destacar que, apesar de ser uma política de caráter interministerial, entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Ministério da Educação (MEC), este, por sua vez, só é mencionado uma única vez na página do PNLL, como coordenador dos primeiros debates ocorridos entre 2004 e 2006. O termo “interministerial” está presente no nome de documentos recentes, reforçando que a política não deixou de ser um ponto de atenção do Ministério da Educação. A primeira frase presente na página destaca: “O Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL é produto de uma ação liderada pelo Governo Federal, por meio do Ministério da Cultura (...)”, contudo, não há explicitação da participação do Ministério da Educação. Como destacado no subcapítulo 4.1.1., também não foram encontradas informações a respeito do PNLL na página oficial do MEC. A falta de clareza na governança da política prejudica a compreensão por parte dos cidadãos.

- b. O portal atualiza suas informações frequentemente? Há indícios de mecanismos de checagem de fatos e de correção em caso de imprecisões?

R: A página informa uma última atualização no dia 02/07/2025 às 15:00, aproximadamente quatro meses atrás. Cada bloco possui uma data de atualização própria, cabendo à seção “publicações” a data menos recente (15/07/2024 09h42). Não há indícios de mecanismos de checagem de fatos e de correção.

- c. Os conteúdos publicados são suficientes para fornecer uma contextualização eficiente para que o leitor compreenda a política que está sendo informada?

R: Sim, os conteúdos presentes na página são suficientes para fornecer contextualização ao leitor interessado, embora os jargões técnicos e a grande presença de documentos

legais sem tradução dificultem o aprofundamento da política ao cidadão sem familiaridade à linguagem. Contudo, mesmo que seja considerado suficiente, ainda há margem para polimento e a inclusão de novas informações, para além do caráter informacional e histórico da política. Não há citações específicas às ações e programas realizados e em funcionamento a partir do incentivo do PNLL, por exemplo. Apesar do tom visionário e positivo presente no texto, cabe lembrar que é uma política de quase duas décadas de idade; a essa altura, seria interessante apresentar quais ações foram executadas e seus resultados no decorrer desse tempo.

4.2.2. Análise do resultados

Com base no referencial teórico de Medeiros e Chirnev (2021), a análise do portal eletrônico do PNLL revela pontos de atenção no cumprimento dos princípios sobre a Comunicação Pública que nortearam a construção do eixo estratégico referente à Linguagem e Transparência.

A linguagem não é clara, objetiva e acessível ao cidadão com escolaridade fundamental ou média, contrariando o preceito constitucional do acesso à informação. A página prioriza excessivamente a formalidade e a seriedade institucional, utilizando linguagem técnica, jurídica e passiva. A identificação de 16 termos pouco acessíveis reforça a barreira comunicacional, limitando o conteúdo a um grupo com alto letramento. Além disso, não há glossários, infográficos ou quaisquer outros mecanismos que traduzam o conteúdo oficial para uma linguagem acessível e cidadã. Os links direcionam aos documentos brutos, sem qualquer esforço de interpretação ou simplificação dos conteúdos excessivamente jurídicos. A falta de democratização das informações falha em acessibilizar a política a todos os grupos interessados.

O portal eletrônico pratica uma transparência passiva, focando mais na disponibilização dos dados do que em sua compreensão. Embora os documentos legais estejam disponíveis e sejam de fácil acesso, eles estão disponíveis apenas em formato bruto (PDF). A ausência de resumos, interpretações ou notícias colabora para a ineficiência da prestação de contas ao cidadão comum. As informações citam fontes primárias, permitindo a verificação da fonte legal, porém a capacidade de verificar a veracidade está condicionada ao conhecimento do linguajar técnico por parte do cidadão interessado.

A linguagem é impessoal e focada na política, e não na promoção de autoridades ou viés partidário, alinhando-se ao princípio da base ética governamental. No entanto, a quase invisibilidade do Ministério da Educação em uma política apresentada como interministerial caracteriza uma incoerência informacional, podendo distorcer a percepção pública a respeito da governança da política e gerar desinformação sobre a responsabilidade de uma temática que abrange o campo de atuação de ambos os ministérios. A falta de integração entre os dois ministérios na divulgação e na construção do portal eletrônico do PNLL é evidente. A comunicação pública digital é fundamental para a eficácia da política pública, conforme defendido anteriormente nos capítulos 2 e 3 deste trabalho; é necessário, portanto, que os amplos desafios que interseccionam os ministérios sejam enfrentados de maneira integrada.

Por fim, embora contextualize a origem e o marco legal da política, o conteúdo é insuficiente para uma prestação de contas ativa. A falta de informações sobre os resultados, ações executadas e impactos após quase duas décadas de existência do PNLL impede que o cidadão avalie a eficácia da política pública, limitando sua compreensão e adesão ao tema. Mesmo que o tom seja visionário e apresente a política de forma positiva, a ausência de ações complementares não contribui para a credibilidade da política.

Em relação à Linguagem e Transparência, o sítio eletrônico do PNLL opera mais como um repositório formalista de documentos do que como uma ferramenta efetiva da comunicação pública. O portal falha em equilibrar o rigor formal com a necessária acessibilidade, pratica uma transparência com lacunas de informação, ao omitir informações cruciais sobre a governança e as ações da política ao longo de vinte anos. Para atender ao pilar estratégico Linguagem e Transparência, é preciso um esforço significativo na acessibilização do conteúdo, com foco em sua mediação e tradução, possibilitando que as informações sejam disponibilizadas de forma democrática.

4.3. Análise da Usabilidade e Acessibilidade

4.3.1. Aplicação do questionário

4. Usabilidade:

- a. O carregamento da página foi rápido? Os links funcionam e carregam rapidamente?

R: Sim, o carregamento foi rápido e todos os links funcionam corretamente. A velocidade da Internet no dia da análise era de 126,1 mbps de download e 68,8 de upload, uma velocidade considerada alta para a simplicidade do portal eletrônico do PNLL.

- b. Como é a navegação do site? Ele apresenta uma estrutura linear ou oferece mais alternativas de navegabilidade?

R: A navegação é predominantemente linear e simples, com poucas alternativas de navegabilidade que não seja o direcionamento aos documentos legais e oficiais. Embora a estrutura seja clara, falta um mapa do site específico, que permita outros percursos alternativos de acesso e navegação.

5. Acessibilidade

- a. Os recursos de acessibilidade padronizados estão disponíveis? Estão em pleno funcionamento ou apresentam alguma inconsistência?

- I. Teclas de atalho;
- II. Contraste da página;
- III. Barra de acessibilidade;
- IV. Apresentação do mapa do site;
- V. Páginas com os recursos de acessibilidade.

R: Os recursos estão disponíveis, mas operam com inconsistência. As teclas de atalho “Alt+1” e “Alt+2” funcionam, porém a tecla “Alt+3”, apesar de alterar a URL da página, a princípio, não direciona à ferramenta de busca da página ou apresenta alguma funcionalidade. O contraste da página está disponível e funciona sem maiores problemas. Tanto a barra de acessibilidade quanto o mapa do site não possuem versões específicas para o PNLL, possuindo apenas a versão integrada ao GOV.BR. Há uma página dedicada aos recursos de acessibilidade, mas as ferramentas disponíveis não estão devidamente sinalizadas na página do PNLL, a não ser pela sua disposição no menu superior que leva a uma outra página dedicada a informar sobre todos os recursos de acessibilidade disponíveis pela plataforma GOV.BR.

- b. Há algum outro recurso de acessibilidade disponível na página? Se sim, qual?

R: Sim. Foi identificado o aplicativo VLibras, uma suíte integrada ao site do Governo Federal que traduz o conteúdo para Libras. No entanto, o texto é excessivamente formal, conforme analisado no subcapítulo 4.2.2., o que prejudica em partes a clareza da tradução. Além disso, como parte da compreensão da adaptabilidade do portal eletrônico do PNLL na acessibilização do conteúdo, também foi analisada a leitura de tela da página por meio do software gratuito e de código aberto “NVDA” (Non Visual Desktop Access, que se traduz, Acesso Não Visual à Área de Trabalho). O programa instalado conseguiu realizar a leitura sem muitos empecilhos, sendo apenas necessário posicionar o cursor acima do parágrafo a ser lido. Os contrapontos, porém, são significativos. A leitura de tela é interrompida quando há palavras com links internos, como no caso de “Portaria Interministerial nº 1.142” e “Decreto nº 7559”. No primeiro bloco, onde a carga textual é concentrada, a leitura é interrompida somente duas vezes. Porém, no segundo bloco da página, a informação está fragmentada pela categorização em formato de lista dos documentos, que em sua totalidade são links para os documentos oficiais. A leitura não é contínua, sendo preciso levar o cursor a cada frase. Os PDFs disponibilizados não apresentaram compatibilidade com o leitor de tela, sendo assim, não foi possível efetuar a leitura dos conteúdos.

4.3.2. Análise do resultados

A análise prática da usabilidade e acessibilidade do portal do PNLL, a partir dos preceitos do Modelo de Acessibilidade em Governo (eMAG) e dos construtos de usabilidade de Reis Lenhardt (2015), revela um cenário ambíguo. Por um lado, o portal se beneficia da infraestrutura padrão do portal GOV.BR, que oferece um desempenho e estrutura básicos para o bom funcionamento da página. No entanto, apresenta falhas pontuais e a falta de sinalização clara dos recursos compromete a experiência do usuário, especialmente aqueles que necessitam de ferramentas que façam a mediação do conteúdo.

Referente à usabilidade, os critérios de avaliação foram atendidos de forma elementar. O carregamento rápido da página e o pleno funcionamento dos links, atestados pela alta velocidade da internet no momento do teste, cumprem com o requisito de prontidão do conteúdo. No entanto, é na navegabilidade que são observadas as maiores

limitações. A estrutura do portal é simples, linear e documental, funcionando mais como um repositório estático de links do que como um portal interativo. A ausência de um mapa específico para o PNLL restringe o usuário a um único percurso, sem outras alternativas de navegação. Se, por um lado, a linearidade atende à definição de clareza e simplicidade, por outro lado, ela falha em oferecer outras alternativas de acesso, limitando a experiência do usuário com diferentes objetivos e perfis.

A avaliação da acessibilidade demonstra que o portal opera em um estado de conformidade superficial com o eMAG. Os recursos padronizados pela plataforma do GOV.BR estão disponíveis, porém, sua implementação não é total e nem intuitiva. As teclas de atalho funcionam corretamente, com exceção da opção “Alt+3”, que deveria acionar a ferramenta de busca, porém não corresponde, tornando-se um recurso inoperante e uma barreira para quem necessita da navegação pelo teclado. O alto contraste está disponível de forma integrada com a plataforma do GOV.BR, assim como a página de acessibilidade pertencente à estrutura genérica do portal. Nenhuma das funcionalidades está sinalizada explicitamente na página, pressupondo que o usuário já possua conhecimento prévio dessas ferramentas, o que dificulta a execução do princípio da democratização do acesso.

Foi identificada também uma suíte integrada à plataforma do GOV.BR, chamada VLibras, um conjunto de ferramentas de código aberto que traduz o conteúdo em português do site para Libras. A tradução ocorre em blocos, e não foram observadas inconsistências severas nas informações. Contudo, devido à alta formalidade do texto, conforme analisado no capítulo 4.2., a tradução perdeu clareza, além da sua ausência na leitura dos documentos oficiais.

Além dos recursos disponíveis pelo navegador e pela plataforma do GOV.BR, também foi realizado o download do software de código aberto “NVDA” (Non Visual Desktop Access, que se traduz, Acesso Não Visual à Área de Trabalho), baixado de forma gratuita no site oficial do programa. A leitura ocorre de forma simples, sendo preciso apenas posicionar o cursor do mouse sobre o texto a ser lido. A leitura permanece até o final de cada parágrafo, contudo, se há alguma palavra com link interno em alguma palavra, como no caso de “Portaria Interministerial nº 1.142” e “Decreto nº 7559”, a leitura é interrompida e é preciso posicionar o cursor acima destas palavras para a leitura retornar. O recurso funciona sem maiores problemas em todo o texto disponível

da página, porém, não foi possível efetuar a leitura de nenhum dos PDFs disponibilizados direto pelo navegador Chrome.

Em conclusão, o portal cumpre a função de disponibilizar informações, porém, apresenta falhas em garantir que elas sejam igualmente acessíveis a todos. A listagem dos documentos novamente cria uma barreira ao usuário, assim como constatado no pilar estratégico de Linguagem e Transparência, negando o direito à informação sobre decretos e portarias que regem o PNLL. A formalidade do texto, que também havia sido identificada como uma barreira comunicacional, é potencializada pela perda da clareza em alguns trechos pela tradução do VLibras, ou pela leitura truncada do leitor de tela.

Conclui-se, portanto, que o portal do PNLL no GOV.BR estabelece uma base técnica necessária, porém insuficiente para a experiência plena do usuário. A análise confirma a premissa de que a plataforma deve garantir a usabilidade para que a informação seja efetivamente acessada. As falhas apontadas, especialmente a tecla de atalho quebrada, a navegação linear restritiva e, acima de tudo, a incompatibilidade dos PDFs com os leitores de telas e a suíte do VLibras, representam obstáculos concretos que podem impedir cidadãos interessados no acesso às informações sobre uma política pública dedicada à leitura. Embora o portal eletrônico do PNLL não seja completamente inacessível, ele demanda ajustes técnicos pontuais e, principalmente, uma sinalização eficiente e a integração dos recursos existentes, a fim de cumprir com seu papel democrático integralmente.

4.4. Análise do Engajamento e Participação Social

4.4.1. Aplicação do questionário

6. Diálogo e Interação

- a. O site oferece canais diretos de comunicação com os gestores da política pública em questão? Esses canais são facilmente localizáveis?

R: Não foi possível verificar a presença de canais diretos de comunicação, como e-mails, telefones ou formulários específicos do portal do PNLL, embora haja uma página dedicada à ouvidoria integrada ao GOV.BR, de maneira geral, e um canal nomeado “participação social” disponível na seção de “acesso à informação”.

- b. Há presença de fóruns, espaços para comentários ou enquetes que estimulam a troca de ideias entre o poder público e a sociedade?

R: Não. A análise verificou a ausência de fóruns, espaços para comentários, enquetes ou qualquer outro mecanismo de participação que fomente o diálogo a respeito da política informada.

7. Integração com Ferramentas de Participação

- a. A página eletrônica oferece um direcionamento claro para a plataforma Brasil Participativo, incentivando a participação social na construção e na fiscalização da política pública?

R: Não há menção ou direcionamento para a plataforma Brasil Participativo, Portal do PNLL, nem mesmo pela página de participação social do GOV.BR.

- b. Caso não haja um direcionamento para a plataforma Brasil Participativo, existem outros mecanismos internos ou externos promovidos pelos sites para incentivar a participação?

R: Na página do PNLL não foi encontrado nenhum direcionamento específico para mecanismos incentivadores de participação social. Entretanto, está disponível na seção de “acesso à informação” um link para a página de participação social. Tendo nela sido encontrada a “Consulta Pública ao Plano Nacional do Livro e Leitura (2025-2035)” em meio às consultas públicas em aberto na página de participação social, embora esta consulta tenha encerrado no dia 08/08/2025. Por sua vez, as informações sobre a consulta pública estão disponíveis na página do “Participa + Brasil”, que anuncia em sua página inicial que em breve se tornará o “Brasil Participativo”.

8. Qualidade dos Mecanismos de Engajamento

- a. Os recursos de participação disponíveis são apresentados de forma clara e convidativa ou estão presentes como mera formalidade??

R: Os recursos de participação disponíveis são os ícones de compartilhamento em redes sociais e a opção para compartilhar o endereço da página na área de transferência. Este recurso não possui uma chamada de ação clara, porém funciona

corretamente, sendo a única ferramenta de interação com o conteúdo oferecido pelo Portal.

- b. Há indícios de que a opinião pública é realmente considerada? Se sim, como?

R: Não há indícios na página de que a opinião pública é realmente considerada no portal do PNLL, além da divulgação dos editais sobre o chamamento público ocorrido entre 2021-2022 e a Portaria Interministerial que divulgou os resultados finais. A publicação demonstra a transparência quanto a um evento passado, contudo, não há um processo contínuo de escuta e resposta às demandas atuais.

4.4.2. Análise do resultados

Conforme estabelecido por Medeiros e Chirnev (2021), a mera divulgação das informações, ainda que acessível, não é suficiente para cumprir com todos os requisitos exigidos para uma comunicação pública qualificada. É de suma importância o incentivo ao diálogo e o investimento em espaços interativos, que aproximem a sociedade dos processos deliberativos. Essa perspectiva é reforçada por Matos (2012), que defende a importância dos governos implementarem canais de discussão que possibilitem ao cidadão apropriar-se do desenvolvimento das políticas públicas. Esse processo de interlocução é importante para consolidar o interesse coletivo.

A partir disso, a análise do portal do PNLL identifica um cenário frágil e predominantemente unidirecional. Não foram identificados canais diretos de comunicação com os gestores da política, fóruns e espaços para comentários, ou até mesmo enquetes que incentivem a troca de ideias entre a sociedade e o poder público.

Referente à integração com as ferramentas de participação social, o portal não atende à recomendação central de integrar a política ao Brasil Participativo. Embora a análise constate que a plataforma não é mencionada na página inicial, de forma “oculta”, é possível encontrar a existência da “Consulta Pública ao PNLL (2025-2035)”, que foi realizada por meio da plataforma “Participa + Brasil”, precursora do Brasil Participativo. No entanto, este mecanismo não foi integrado ou mencionado na página oficial da política, inclusive no edital de abertura e prorrogação disponibilizado. Embora já tenha encerrado, não fica constatado se em algum momento houve menção

a essa ferramenta no Portal, sendo a princípio necessário a navegação proativa ou o conhecimento prévio para encontrar informações de interesse. Essa desfragmentação torna-se mais evidente quando é observada a não menção do Brasil Participativo nem na página do PNLL, como também na página de participação social no GOV.BR. Contudo, a “Consulta Pública ao PNLL” aparece disponível nas consultas abertas na página mencionada, mesmo que tenha sido encerrada em agosto de 2025. Interagindo com a consulta, o usuário é direcionado para a plataforma do “Participa + Brasil”, que em sua página principal, informa a transição para o Brasil Participativo, que já está no ar, mesmo que seu precursor ainda esteja ativo e acessível.

Por fim, a qualidade dos mecanismos de engajamento disponíveis é baixa, caracterizando-se como mera formalidade. Os ícones de compartilhamento carecem de uma chamada de ação efetiva, e as opções que direcionam para as páginas de participação social são burocráticas e não são apresentadas explicitamente ao cidadão. Em relação à consideração da opinião pública, os indícios são insuficientes e retrospectivos, por meio da publicação de editais de chamamento público e da portaria com a divulgação dos resultados finais da consulta pública, demonstram transparência nos processos passados, porém, não configuram um indicativo de que a opinião pública está sendo considerada de forma contínua no presente.

O Portal do PNLL opera predominantemente em um modelo informativo, com poucos investimentos em seu papel como agente fomentador de um diálogo qualificado e de uma participação social efetiva, assim como estabelecido pelos princípios da comunicação pública (Medeiros e Chirnev, 2021). A implementação de mais ferramentas de participação e a integração efetiva com as plataformas governamentais é um primeiro passo importante para centralizar as informações pertinentes à política pública e possibilitar a contribuição popular e tomada de ações por parte do interesse público.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados na pesquisa “Retratos na Leitura do Brasil” não revelam apenas uma queda histórica no número de leitores, mas também um ambiente de exclusão onde as figuras incentivadoras são escassas e o ato da leitura ainda enfrenta diferentes barreiras para grande parte da população. Neste cenário, a análise do portal eletrônico do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) torna-se imprescindível justamente para identificar a qualidade da comunicação pública da política que visa reverter esse quadro.

A conclusão central que se impõe é a de um profundo descompasso entre a institucionalização do PNLL, um plano de Estado interministerial construído de forma participativa, com eixos estratégicos definidos e abrangentes, e a realidade de seu principal instrumento de comunicação digital. O portal opera predominantemente como um repositório formalista, mas falha em ser uma ponte clara e mediadora até o cidadão. A falha não é apenas pontual, ela é sistêmica, manifestando-se nos três pilares estratégicos construídos com base nos princípios da comunicação pública estabelecidos por Medeiros e Chirnev (2021). Na esfera da Linguagem e Transparência, a opção pelo texto altamente formal e jurídico, a transparência predominantemente passiva, baseada por meio da divulgação de documentos brutos, com pouco ou nenhum esforço em suas traduções, cria uma barreira de entrada que exclui o cidadão que não possui o conhecimento técnico necessário para sua leitura. Essa estratégia é contraditória ao dever constitucional do Estado de garantir o acesso à informação a todos, considerando que a sociedade é composta por diferentes estratos sociais e de escolaridade.

A análise a partir da usabilidade e acessibilidade constata as falhas técnicas, como a tecla de atalho inoperante, a navegação linear e restritiva, bem como a incompatibilidade dos documentos oficiais. Que compreendem parte significativa do conteúdo fornecido, como a suíte VLibras integrada à plataforma GOV.BR e com o leitor de tela NVDA. De forma mais sutil, mas não menos prejudicial, a alta formalidade da linguagem potencializa a perda de clareza na tradução do VLibras e gera uma leitura truncada nos leitores de tela, demonstrando que a linguagem técnica prejudica até mesmo os recursos de acessibilidade. Portanto, a falta de atenção à compatibilidade do portal com os recursos de acessibilidade oferece obstáculos comunicacionais ao cidadão que necessita de mediação para acessar a informação, afetando diretamente sua compreensão a respeito da política, e conseqüentemente, sua apropriação.

Quanto ao último, e não menos importante, pilar estratégico do Engajamento e da Participação Social, é identificada uma comunicação majoritariamente unidirecional, a consulta pública para o novo ciclo do PNLL foi realizada de forma “oculta”, sem integração em sua página oficial, exigindo por parte do cidadão uma postura proativa e conhecimento prévio para encontrá-la. Essa falta de integração reduz a efetividade deliberativa e reduz a participação a uma mera formalidade. Além disso, a ausência de canais de diálogo revela uma oportunidade pouco aproveitada do portal de atuar como um articulador de redes e preencher a lacuna deixada pela falta de figuras incentivadoras na formação leitora dos cidadãos.

Além dessas barreiras transversais, a análise revela lacunas informacionais que podem distorcer a percepção pública sobre a própria política. A quase invisibilidade do Ministério da Educação em uma política de Estado interministerial caracteriza uma desinformação sobre a governança e a responsabilidade pelo Plano no ambiente digital. Da mesma forma, a ausência quase total de informações sobre ações executadas, resultados e impactos concretos do PNLL, após quase duas décadas de existência, impossibilita que o cidadão avalie a eficiência da política pública, tornando a prestação de contas incompleta.

A conclusão geral é de que as falhas sistêmicas vão muito além da ineficiência técnica. A análise aponta uma contradição fundamental: é paradoxal que o Plano Nacional de Livro e Leitura, cujo motivo de criação seja a democratização do acesso ao livro e o fomento do hábito da leitura, possua um portal de comunicação pouco acessível e de leitura difícil. Esta contradição descredibiliza a própria política. O portal comete o erro de ignorar o perfil de seu público, o cidadão com pouco tempo, com baixo incentivo à leitura e possíveis dificuldades de letramento. Esse cenário compromete a eficácia de todo o arcabouço legal e político do PNLL.

Portanto, as recomendações que emergem desta análise não se restringem somente a um caráter cosmético do Portal do PNLL, mas apontam também a necessidade de um novo alinhamento estratégico. É imperativo que a linguagem adote uma postura mais acessível, priorizando a clareza e a tradução cidadã dos conteúdos mais formais e de linguagem mais técnica e robusta. Paralelamente, fazem-se necessárias correções técnicas na acessibilidade e na sinalização apropriada dos recursos, possibilitando que o usuário sem conhecimento prévio consiga navegar de maneira efetiva no conteúdo. Por fim, a integração do Portal do PNLL às plataformas de participação social, como o Brasil Participativo, é uma estratégia pertinente para a transformação de um mural estático, que funciona mais como um repositório de

informações, em uma plataforma viva que fomente o diálogo e o surgimento de novas comunidades.

A efetividade de uma política pública de leitura no século XXI é inseparável da qualidade de sua comunicação digital. Este diagnóstico adquire urgência prática diante do contexto atual: com o novo PNLL em fase final de elaboração e regulamentação pelo Poder Executivo, abre-se uma janela de oportunidade. É fundamental incluir um novo alinhamento estratégico de seu portal eletrônico no novo ciclo, assegurando que o modelo comunicacional meramente informacional seja superado e adaptado à necessidade de uma comunicação pública digital robusta. Reformular o Portal do PNLL, norteado pelos princípios da comunicação pública, é um investimento necessário para possibilitar que uma política de duas décadas possa ampliar seu potencial comunicativo. É preciso garantir que esse importante instrumento seja realinhado à política que propõe informar, superando as contradições reveladas pela análise do presente estudo, tornando-se, de fato, o principal mecanismo de informação e engajamento na sociedade.

Em última análise, o Portal do PNLL, em seu estado atual, é mais do que uma ferramenta ineficaz de comunicação pública, mas revela um caráter sintomático de uma cultura de comunicação que ainda enxerga o cidadão como um receptor passivo, e não como uma figura coparticipante da construção e aperfeiçoamento das políticas. Suas falhas revelam um distanciamento entre o Estado e a sociedade, justamente o que a política de leitura pretende superar.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Elizabeth. Comunicação pública. Recife: **XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Disponível em:
<<https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Comunica%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-Paper-Intercom.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12166.htm>. Acesso em: 11 nov. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7559.htm>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BRASIL. e-Governo / Governo Eletrônico. Disponível em:
<<https://emag.governoeletronico.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2025.
- BRASIL. Plano Nacional de Leitura e Literatura (PNLL). Disponível em:
<<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll>>. Acesso em: 20 nov. 2025.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em:
<<https://globalizacaointegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- CASTRO, Carlos Potiara; NOGUEIRA, Juliana. Comunicação pública e internet: análise do Portal Brasil na mídia social. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Belém, 2019. Anais. Belém, 2019. Disponível em:
<<https://abcpublica.org.br/biblioteca/comunicacao-publica-e-internet-analise-do-portal-brasil-na-midia-social/>>. Acesso em: 12 out. 2025.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 87 p. Disponível em:
<https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2014/10/importancia_ato_ler.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2025.
- MATOS, Heloiza (org.). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012. 411 p. Disponível em:
<<https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002436263.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2025.
- MEDEIROS, Armando; CHIRNEV, Lilian (org.). **Guia de Comunicação Pública**. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021. Disponível em:
<<https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2023/03/GUIA-DE-COMUNICACAO-PUBLICA.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2025.

MIOLA, Edna; MARQUES, Francisco Paulo Jamil. Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado. **Organicom**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 19-34, 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.225134. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/organicom/article/view/225134>>. Acesso em: 07 out. 2025.

REIS LEHNHART, Eliete dos et al. Construção e Validação de Modelo de Análise de Usabilidade de Site e-Gov. **Espacios Públicos**, [S.l.], v. 18, n. 44, jul. 2022. ISSN 2954-4750. Disponível em: <<https://espaciospublicos.uaemex.mx/article/view/19324>>. Acesso em: 15 out. 2025.

ROSA, Rafaela. **Entre bichinhos e soberania: o que o governo quer dizer nas redes**. PlatôBR. Disponível em: <<https://platobr.com.br/entre-bichinhos-e-soberania-o-que-o-governo-quer-dizer-nas-redes>>. Acesso em: 15 out. 2025.

ROTHBERG, Danilo. (Re)conceituando a comunicação pública para enfrentar a desinformação. **Organicom**, São Paulo, v. 21, n. 45, 2024. DOI: 10.11606/issn.2238-2593.organicom.2024.224211. Disponível em: <<https://revistas.usp.br/organicom/article/view/224211>>. Acesso em: 07 out. 2025.

SANTOS, Rosilândia da Silva Oliveira dos. **PNLL-2006-2024: os sentidos da leitura e as estratégias políticas para formação de leitores**. Monografia (Licenciatura em Letras) – Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Itaberaba, Bahia, 2025. 55 f. Disponível em: <<https://saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/8023>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

APÊNDICE

Apêndice 1 - Questionário para Análise de Portais de Políticas Públicas

1. Clareza e acessibilidade da linguagem:
 - a. A linguagem é clara, objetiva e de fácil compreensão para um indivíduo com níveis fundamentais e médios de escolaridade?
 - b. Como a linguagem equilibra o rigor formal com a necessidade de ser acessível?
 - c. Há recursos de acessibilidade comunicacional presentes? Como glossários, dicionários, infográficos e outros?

2. Transparência e prestação de contas:
 - a. Quais dados e informações sobre a política pública estão disponíveis no site? Essas informações são de fácil acesso?
 - b. Os documentos divulgados estão disponíveis apenas em formato bruto (PDF, relatórios longos) ou há um esforço para traduzi-los e interpretá-los?
 - c. As informações e notícias veiculadas citam suas fontes? É possível que o cidadão consiga verificar a veracidade e a origem delas?

3. Ética, impessoalidade e combate à desinformação:
 - a. A linguagem adotada no site promove a promoção pessoal de autoridades e de um viés político-partidário ou foca nas políticas e informações de interesse público?
 - b. O portal atualiza suas informações frequentemente? Há indícios de mecanismos de checagem de fatos e de correção em caso de imprecisões?
 - c. Os conteúdos publicados são suficientes para fornecer uma contextualização eficiente para que o leitor compreenda a política que está sendo informada?

4. Usabilidade:
 - a. O carregamento da página foi rápido? Os links funcionam e carregam rapidamente?
 - b. Como é a navegação do site? Ele apresenta uma estrutura linear ou oferece mais alternativas de navegabilidade?

5. Acessibilidade

- a. Os recursos de acessibilidade padronizados estão disponíveis? Estão em pleno funcionamento ou apresentam alguma inconsistência?
 - i. Teclas de atalho;
 - ii. Contraste da página;
 - iii. Barra de acessibilidade;
 - iv. Apresentação do mapa do site;
 - v. Páginas com os recursos de acessibilidade.
- b. Há algum outro recurso de acessibilidade disponível na página? Se sim, qual?

6. Diálogo e Interação

- a. O site oferece canais diretos de comunicação com os gestores da política pública em questão? Esses canais são facilmente localizáveis?
- b. Há presença de fóruns, espaços para comentários ou enquetes que estimulam a troca de ideias entre o poder público e a sociedade?

7. Integração com Ferramentas de Participação

- a. A página eletrônica oferece um direcionamento claro para a plataforma Brasil Participativo, incentivando a participação social na construção e na fiscalização da política pública?
- b. Caso não haja um direcionamento para a plataforma Brasil Participativo, existem outros mecanismos internos ou externos promovidos pelos sites para incentivar a participação?

8. Qualidade dos Mecanismos de Engajamento

- a. Os recursos de participação disponíveis são apresentados de forma clara e convidativa ou estão presentes como mera formalidade?
- b. Há indícios de que a opinião pública é realmente considerada? Se sim, como?

Apêndice 2 - Anotações de Campo

Página analisada: PNLL no portal do Ministério da Cultura

URL: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll>

Publicado em 16/11/2021 às 17h55 e atualizado pela última vez em 02/07/2025 às 10h29.

Data de Início da Análise: 12/11/2025

Data final da Análise: 18/11/2025

Navegador utilizado: Google Chrome (versão 142.0.7444.135)

1. Observações Gerais sobre a página do PNLL

[Análise realizada no dia 12/11/2025 com início às 19:45]

Teste de velocidade: 126,1 mbps de download e 68,8 de upload (teste de velocidade da Google) realizado às 19:40.

1.1. Pesquisando a página pelo buscador do Google

- A “meta descrição” não é específica para quem busca a página do PNLL em buscadores como o Google. É um recorte do início do texto apresentado na página inicial.
- O primeiro link associado à página encaminha a versão mais recente do “Caderno do PNLL” publicado em 2014. O novo modelo ainda está em fase de tramitação jurídica, então o resultado é coerente. O segundo link, nomeado “Presidência da República”, na realidade, trata-se do decreto 12.166/2024 que regulamenta o PNLE e atualiza o PNLL.
- Nenhum dos três links (página inicial do PNLL, Caderno do PNLL e “Presidência da República”) demora para carregar, possuindo um tempo de carregamento entre 1 e 2 segundos.

1.2. Buscando a página dentro do portal do Ministério da Cultura

- A página inicial do Ministério da Cultura, disponível em GOV.BR, oferece três maneiras de encontrar a página do PNLL. A primeira pela barra de assuntos à esquerda, simbolizada por três traços horizontais, a segunda pela barra de pesquisa ao lado direito (com opção de voz) e ao final da página, onde há um resumo em formato de lista dos assuntos.
 - O PNLL é o item 29 dos 33 disponíveis tanto na barra de assuntos quanto ao final da página.
 - Pesquisar PNLL na barra de pesquisa não apresenta a página eletrônica da política, mas sim, uma coletânea de notícias veiculadas na busca.
 - Apesar de ter sido criado como uma política interministerial do Ministério da Cultura e da Educação, não há menção direta ao PNLL na página do Ministério da Educação.
-

2. Análise da Linguagem e Transparência

[Análise realizada no dia 12/11/2025 com início às 21:00]

- O site segue um formato único que mistura texto e links e é dividido em quatro seções: “o que é”, “histórico”, “documentos relacionados” e “publicações”.
- Os dois primeiros blocos que concentram a carga textual da página têm ao todo 3250 caracteres, incluindo espaços. A linguagem possui um tom altamente formal, característico de documentos oficiais. Contém um vocabulário técnico e institucional, frases longas e bem construídas, mantendo o foco nas ações, diretrizes e instituições.

O uso de voz passiva é predominante e o texto é dialogado em terceira pessoa. A linguagem é estritamente padrão.

- O tom de voz é informativo, institucional e visionário sobre o plano. O texto possui como foco a apresentação clara dos fatos, histórico, eixos e objetivos do PNLL. O tom institucional confere autoridade e seriedade ao assunto. Além disso, o texto também apresenta a política de forma positiva, destacando seus benefícios e importâncias para o país.
- Importante ressaltar que o primeiro parágrafo é muito longo, pois faz questão de citar todos os onze representantes dos diversos grupos interessados envolvidos na elaboração do plano. Curiosamente, não há menção ao Ministério da Educação, sendo citado uma única vez no segundo parágrafo do tópico “histórico”.
- O tópico que aborda os documentos relacionados à política pública está organizado em formato de lista em ordem cronológica do mais recente ao mais antigo, incluindo links que destinam aos documentos oficiais, acompanhado de uma frase explicativa do objetivo de sua publicação.
- Todos os links estão direcionando corretamente aos documentos informados, com marcação em amarelo nos documentos mais recentes (a partir de 2022) nos trechos dos documentos oficiais que se referem ao PNLL.
- Entre as publicações, há o Caderno do PNLL na versão de 2014; um documento que apresenta um recorte histórico do PNLL entre 2006 e 2010; um guia para elaboração e implantação dos planos estadual e municipal do livro e leitura e um documento referente à VII Conferência Iberoamericana de Cultura, com marcação em amarelo no trecho que incentiva, posteriormente, a criação do PNLL. Todos os links estão funcionando corretamente.
- Por fim, há quatro documentos que informam sua data e horário de atualização. Não possuem título e são identificados pelo nome do documento. Os arquivos são baixados

diretamente no computador quando há a interação com o link interno vinculado ao nome do arquivo. Diferente dos documentos em ordem decrescente, aqui os documentos estão em ordem crescente. Não foram baixados e conferidos todos os documentos desta sessão em particular.

3. Análise da Usabilidade e Acessibilidade

[Análise realizada no dia 14/11/2025 com início às 13:30]

- O carregamento da página e dos links e documentos presentes na página foi rápido. Todos os links estão funcionando corretamente e a navegação pela página é simples e linear. Há poucos recursos disponíveis para a interação que não seja o direcionamento a documentos legais.
- A tecla de atalho “Alt+1” encaminha a página ao início do texto que explica o que é o PNLL. A tecla “Alt+2” direciona o usuário à página principal do GOV.BR. A tecla “Alt+3”, que possui como função levar o usuário ao campo de busca da página, não corresponde, apesar do link da página alterar para “<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/pnll#main-navigation>”, não foram identificados resultados efetivos sobre a funcionalidade.
- A opção de alto contraste está disponível de forma integrada ao site GOV.BR. O ícone está disponível no canto superior direito, representado por um círculo dividido verticalmente ao meio. Está entre o botão de “cookies” da página e o ícone de quadrado fracionado “3x3” que representa o menu pessoal.
- O aumento e a diminuição da fonte por meio da tecla “Ctrl e +” ou “Ctrl e -” respondem bem. O atalho “Ctrl e 0” também funcionou sem problemas. No entanto, essas opções estão integradas ao navegador, não sendo identificados outros recursos de acessibilidade disponíveis diretamente na página do PNLL.

- Para conferir a usabilidade da leitura de tela, iniciei o download do software NVDA. O download ocorreu de forma gratuita no site principal e o arquivo baixado possui 48,7 MB. O download ocorreu no dia 14.11.2025 às 13:56.
- O aplicativo está instalado e funcionando corretamente no computador. Para que a leitura ocorra, é preciso posicionar o cursor do mouse sobre o texto a ser lido. A leitura continua até o final do parágrafo, contudo, se há alguma palavra com link interno, como no caso de “Portaria Interministerial nº 1.142” e “Decreto nº 7559”, a leitura é interrompida e é preciso posicionar o cursor acima destas palavras para a leitura retornar. O recurso funciona sem maiores problemas em todo o texto disponível da página, porém, não foi possível efetuar a leitura de nenhum dos PDFs disponibilizados direto pelo navegador Chrome.
- Após o uso, o aplicativo foi desinstalado e o computador reiniciado às 14:45.
- As teclas “Pg Up”, “Pg Dn”, setas para cima e para baixo, também funcionam para a navegação do site.
- Referente ao mapa do site, a plataforma GOV.BR disponibiliza um mapa geral, porém, não foi identificado um modelo específico para o PNLL, que não seja os próprios títulos dos tópicos e a estrutura linear da página.
- Há uma página destinada a unir todas as informações relacionadas à acessibilidade do portal GOV.BR. Não há uma seção específica presente na página do PNLL, e não há nenhum texto formal que encaminhe o usuário à página ou aos recursos, que não seja a opção de “acessibilidade” disponibilizada no menu horizontal superior do portal ou o conhecimento prévio dos recursos.
- Foi identificada uma suíte chamada VLibras integrada ao portal GOV.BR, um conjunto de ferramentas de código aberto que traduz o conteúdo em português do site para Libras. A tradução ocorreu em blocos, não sendo observadas inconsistências severas

nas informações. Contudo, devido à alta formalidade do texto, parte da tradução perdeu clareza.

4. Análise do Engajamento e Participação Social

[Análise realizada no dia 18/11/2025 com início às 22:30]

- Como recursos de engajamento e participação social, foram identificados somente dois pontos de atenção: o primeiro sendo os ícones de compartilhamento para redes sociais, especificamente Facebook, X, LinkedIn, Whatsapp e uma opção para copiar o endereço da página para a área de transferência. A opção aparece tanto no topo da página, abaixo do título principal, quanto ao final do conteúdo. Não há uma chamada para ação que incentive o compartilhamento, com a exceção da palavra “compartilhe” antes dos ícones. As opções funcionam corretamente.
- O segundo ponto de atenção é a opção de “participação social” integrada ao portal oficial do GOV.BR, logo após todo o conteúdo apresentado na página do PNLL. A opção está disponível na seção de “Acesso à Informação”, encaminhando para sua página oficial no portal governamental. A princípio, não há menções diretas ao PNLL nesta página, citando apenas as modalidades e recursos de participação social disponíveis.
- Além de ambos os pontos de atenção, não foram verificadas nenhuma outra maneira de engajamento e fomentação da participação social. Não há notícias a respeito do PNLL vinculadas à página, sendo preciso procurar a política pública no campo de busca do portal GOV.BR, embora tenham sido compartilhados os documentos oficiais do “Edital de Chamamento Público” ocorrido em 2021, assim como sua prorrogação e resultados.

TRANSPARÊNCIA NO USO DE IA

Em conformidade com a Resolução UNESP N° 13, de 22 de abril de 2025, que dispõe sobre a utilização da Inteligência Artificial na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e de outras providências, o presente estudo declara ter utilizado ferramentas de IA para fins de correção gramatical. Esta declaração está em conformidade com o disposto no Art. 5º, inciso I - "Transparência: a utilização da IA deve ser transparente, com documentação que permita a compreensão de seu funcionamento e impactos".

O uso da IA para a finalidade de correção gramatical está de acordo com o Art. 4º, inciso I - “a IA pode ser usada como ferramenta para apoiar e ampliar as capacidades humanas na execução das tarefas”, sendo observados também os demais incisos, que estabelecem as diretrizes e os princípios estabelecidos pela resolução.

A inteligência artificial utilizada foi o LanguageTool, em sua versão gratuita, que possibilita correções ortográficas; verificação de gramática; correção de pontuação; verificação de letras maiúsculas e minúsculas; melhora de estilo, que atua na correção de estrangeirismo, gerundismo, palavras redundantes e escolha inadequada de palavras. A ferramenta está disponível no link a seguir: <https://languagetool.org/pt-BR>.

O uso da Inteligência Artificial mencionada foi feito de forma responsável, garantindo que a correção gramatical não ferisse os princípios e diretrizes estabelecidos na resolução, em conformidade com o Art. 4º, Inciso II - ‘todo resultado proveniente do uso de técnicas ou ferramentas de IA deve ser supervisionado e validado por julgamento humano’.

Este documento está em conformidade com o Art. 5º, inciso II - ‘rastreadibilidade e auditabilidade: as ações e decisões tomadas com o auxílio da IA devem ser rastreáveis, permitindo a identificação de seus responsáveis e ferramentas, a auditoria dos processos’.